

Francisco Ytalo de Lima Silva

PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A
COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE
CARCARÁ,
EM POTENGI, NO CEARÁ





Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Maria José de Sena

Reitora

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Vice-reitora

Renata Valéria Regis de Sousa Gomes

Pró-Reitora de Extensão

Rinaldo Aparecido Mota

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Danielli Matias de Macedo Dantas

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Rodrigo Gayger Amaro

Pró-Reitor de Administração

Joana Silva

Pró-Reitora de Planejamento

Elisabeth da Silva Araujo

Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFRPE



Editora Universitária da UFRPE

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Diretor da Editora da UFRPE

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção

Marco Aurélio Cabral Pereira

Editoração Eletrônica

Francisco Ytalo de Lima Silva

Autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586p

Silva, Francisco Ytalo de Lima

Panorama histórico sobre a comunidade quilombola de Carcará, em Potengi, no Ceará / Francisco Ytalo de Lima Silva. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2023.

88 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. História oral 2. Quilombos – Ceará – História 3. Quilombolas - Identidade étnica 4. Quilombolas - Identidade racial 5. Quilombolas – Resistência 6. Negros – Direitos fundamentais
I. Título

CDD 981.31

ISBN digital nº 978-85-7946-507-9

FRANCISCO YTALO DE LIMA SILVA

**PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
CARCARÁ, EM POTENGI, NO CEARÁ**

1ª Edição



RECIFE - 2025

Dedicado:

À minha mãe, Francisca Domingos e a todos meus irmãos e irmãs, amigas (os) e companheiras (os) dos Movimentos Populares.

Aos remanescentes quilombolas de Carcará pela excelente acolhida e por fornecer os elementos essenciais deste trabalho.

*Ao Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência
Fundação Joaquim Nabuco (Gped/Fundaj).*

À minha eterna filha, Brenda, que nos braços de Deus descansa eternamente e ao amigo, Fabrício Alves, companheiro de turma que nos deixou prematuramente! *(In memoriam)*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a essa força transcendental que nos renova o espírito e nos protege. Que muitos e muitas denominam de Deus, força suprema que acredito estar sempre me protegendo.

À minha família, especialmente a nossa matriarca Francisca Domingos de Lima pela vida, manutenção e educação, que me fez caminhar além das minhas expectativas. Aos meus irmãos e minhas irmãs que não tiveram as mesmas oportunidades a mim concedidas e, por isso, não conseguiram avançar nos estudos, mas, espero que as proles de cada um/a de vocês consigam ultrapassar todas as barreiras que emperram o nosso processo educacional.

As amigas e amigos pelas contribuições em todo meu percurso formativo trilhado até este momento, vocês foram de fundamental importância, afinal, nunca caminhamos sozinhos. Aqui faço agradecimentos especiais a Fabrícia Gonçalves, Ana Edna Feitosa e Rosângela Lima pela grande ajuda nas transcrições das entrevistas e ao companheiro das lutas sociais Gilvan Gomes pela revisão e adequação as normas da língua portuguesa.

As escolas públicas de ensino básico onde tive a oportunidade de estudar, especialmente as instituições escolares Luiza Mendes Rodrigues; Antonio de Figueiredo Taveira e Menezes Pimentel que munidas de excelentes profissionais me prepararam ao máximo para esta empreitada, mesmo com todas as limitações, conseguiram me mostrar a importância e os sentidos da educação.

A toda militância da Pastoral da Juventude Rural - PJR, em nome de João Lucian Ferreira da Silva, pelas boas conversas, incentivos e companheirismo de sempre, que me ajudaram a compreender a realidade brasileira de diversas maneiras, sobretudo, nas diversas atividades em que fui indicado a participar, afinal, alarguei meu mundo e conheci um pouquinho do Brasil por causa de vocês.

Aos programas de Assistência Estudantis mantidos pela URCA e os diversos organismos de fomento a pesquisa, extensão e ensino. Tais políticas contribuíram incisivamente na minha permanência na universidade. Faço agradecimentos especiais ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência da CAPES, do qual fui bolsista por 18 meses, através do Projeto Multidisciplinar História e Sociologia, além de ter incrementado na minha aprendizagem, foi a principal fonte de manutenção financeira.

Aqui faço agradecimentos especiais, as companheiras de execução do projeto do PIBID na escola José Bezerra de Menezes, a Milena Luna, Nataely Sousa e Samuel Oliveira pelas

diversas e instigantes discussões que tivemos durante esse período, sob a orientação e o comprometimento do supervisor Givaldo Pereira, que em muito vem contribuindo no meu processo formativo, gratidão pela amizade e confiança em mim depositada, durante e posterior ao projeto.

Ao Prof. Dr. Thiago Florencio, pela excelente orientação, que permitiu a construção desta monografia. Gratidão pelas excelentes provocações e proposições de escrita e análise deste trabalho, seu comprometimento e compreensão foram de fundamental importância. Também agradeço a professora Dra. Maria Telvira da Conceição pelas contribuições no processo de escrita do projeto.

Aos professores participantes da banca examinadora Ana Paula dos Santos e Cícero Joaquim dos Santos por disporem de seu tempo para contribuírem com sugestões e proposições, com vista a enriquecer o conteúdo deste trabalho monográfico.

Aos remanescentes quilombolas de Carcará pela acolhida, em especial a Antônia Oliveira da Silva Carvalho, dona Bizunga, Francisca Maria Rodrigues da Silva, José Mazinho Marçal de Carvalho, José Vieira da Silva e Sebastião Vieira da Silva pelo tempo despendido a mim durante as entrevistas.

Aos colegas e as proficuas amizades que conquistei na minha turma, gratidão a cada uma de vocês pela força, carinho e solidariedade num dos momentos mais difíceis da minha vida, tenho uma dívida histórica com vocês, Alexandre Medeiros, Ana Bárbara, Anderson Félix, Antônio Corcino, Brenda Catarina, Cleiton Santos, Cícero Eduardo, Cícero Halisson, Fabrícia Gonçalves, Giordano Vale, João Saraiva, José Roberto, Joyce do Nascimento, Lays Ribeiro, Laisa Mota, Manoel Monteiro, Maria Daiane, Marxuel D'Angelis, Milena Luna, Taíce Vieira, Valéria Rélvia, Silvia Dantas, Lucas Chaves, Sanara Sipriano, Tatiane Matos.

Por fim, agradeço ao conjunto de professoras/es do curso de História da URCA e aos diversos colegas e amigos/as de outros cursos e semestres que tiver o prazer de conhecer e estudar.

Que a vida nos brinde em muitos encontros neste caminhar!

APRESENTAÇÃO

A MEMÓRIA QUILOMBOLA E A NOSSA HISTÓRIA

É com imensa alegria que me dirijo ao público para apresentar o trabalho de Francisco Ytalo de Lima Silva sobre a Comunidade Quilombola de Carcará. Nas travessias da vida, em pleno contexto de pandemia que estamos passando em 2021, tive a felicidade de encontrá-lo como meu orientando no mestrado em Educação, Culturas e Identidades (Programa Pós-Graduação associado entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco). Ao me deparar com seu trabalho de monografia, orientado pelo professor Thiago Florêncio, fiquei impressionada com a maturidade intelectual desse jovem pesquisador.

A presente obra, fruto dessa parceria, apresenta um tema extremamente relevante sobre a nossa história do Brasil, a partir da memória de seus e suas protagonistas não reconhecidas nos cânones da historiografia oficial. Assim, esse trabalho representa mais um capítulo dessa história, como reconhecimento do lugar de fala, da existência e da resistência dos povos que viveram nos Quilombos. Daqueles que não se submeteram ao absurdo de ter sua vida escravizada, negada. Assim, a identidade quilombola expressa o direito humano à liberdade, à igualdade, a sua humanidade plena. A pesquisa de Ytalo apresenta, de forma magistral, as questões teóricas e uma pesquisa empírica que nos convida a pensar nossas memórias, nas memórias das lutas sociais. Um trabalho com rigor científico e com grande relevância social.

O tema das comunidades quilombolas ou de remanescentes de quilombos é de fundamental importância na nossa História, tendo em vista que os Quilombos iniciam a tradição das lutas contra a opressão na terra tomada dos indígenas, invadida por povos europeus. A forma como a terra foi sendo “tomada” é mostrada nas falas que retratam como o território do Quilombo foi subtraído. O relato nos indigna ver como as elites tomaram de forma traiçoeiras as terras e hoje falam como “donos” porque o exemplo usado aqui foi regra pelo Brasil afora, e foi acirrada a desigualdade, a terrível Lei de Terras de 1850, foi a gota d’água para oficializar a concentração de terras que hoje ainda é alarmante no Brasil. As lutas dos Quilombos que depois foram lutas de abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e Luís Gama, e de tantos negros e negras.

O Ceará que deu exemplo ao Brasil, com a libertação dos escravizados. Muito embora essa “libertação” tenha ocorrido de forma perversa, deixando as marcas de desigualdade profunda, sem nenhuma reparação. O reflexo disso, pôde ser visualizado nas críticas ao sistema de cotas raciais para ingresso nas universidades, instituído em 2012, pelo governo de Dilma Rousseff que sofreu críticas de pessoas que não conseguem compreender como a escravidão

deixou marcas nas atuais desigualdades existentes. As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE que relacionam classe e raça/cor mostram explicitamente como as populações negras sofrem até os dias atuais com “a libertação” injusta.

Sobre esse processo a obra de Aníbal Quijano (2005) nos brinda com uma excelente análise das marcas da colonização na América Latina. E sobre o Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho (2002) nos mostra como a sociedade calcada no latifúndio, escravidão e que não valorizou a educação deixou uma herança maldita. Ambos demonstram como o Estado foi criado sem a inclusão da maioria da população como sujeitos de direitos, na perspectiva liberal.

Nesse diapasão, as lutas de ontem dos Quilombolas, são lutas de hoje, lutas dos sem-terra, das pastorais da terra, como diz Zé Vicente (nas canções das pastorais da Teologia da Libertação):

*Aqui trazemos a semente sangue desta gente
Que fecunda o chão, do gringo e tantos
Lavradores Santos e operários em libertação*

Por outro lado, a coragem dessa gente, também nos serve de alimento, de fonte de inspiração para prosseguirmos nas lutas, contra todas as formas de opressão, como nos ensina o Movimento Feminista Negro, nas palavras de Patrícia Hill Collins (2017), as lutas são interseccionadas. As lutas de povos negros, de indígenas, de mulheres, das classes oprimidas estão interligadas, elas convergem em um sistema capitalista com múltiplas formas de poder.

E, como diria o mestre Paulo Freire, buscando nossa libertação desse sistema necrófilo que é o capitalismo, em buscar de sermos mais, cada vez mais. Conscientes das opressões para construir um mundo novo, a cada dia. Nesse processo, é fundamental conhecer nossa história de opressão e também a memória dos movimentos de libertação, para não sermos ludibriados por falsos Messias, que espalham falsas notícias e semeiam o ódio. Assim, esse trabalho se insere nessa reflexão sobre nossa História. Ele se torna ainda mais relevante quando a gente vive em momento de um governo autoritário, que não dialoga com os movimentos sociais e ainda, utiliza do discurso fundamentalista religioso e dogmático para ludibriar as pessoas, quando se trata de uma gestão ultraliberal. Nesse sentido, convido vocês a lerem o presente livro com essa sede e fome de justiça social.

*Cibele Maria Lima Rodrigues
Recife, março de 2022.*

“Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses das massas negras e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo.” (Abdias Nascimento, 1980, p. 263).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CAMINHOS PERCORRIDOS: DA ESCOLHA DO TEMA A	
 CONSTRUÇÃO MONOGRÁFICA	16
1.1 Campo da pesquisa: História Oral e suas possibilidades	17
1.2 Uma breve reflexão sobre a relação entre Universidade e comunidades:	
 trocas diferenciadas de saberes	21
1.3 Da escolha do tema aos primeiros passos da pesquisa: Justificativa e o	
 levantamento da produção científica sobre quilombolas.....	22
1.3.1 Justificativa	22
1.3.2 Levantamento da produção sobre quilombolas: Teses e dissertações no	
 Banco de Dados da Capes	29
1.4 Desenhando a pesquisa: Metodologia e escolhas teóricas.....	34
2 DISCUTINDO OS EIXOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA	
 PESQUISA	38
2.1 Do quilombo histórico ao quilombo enquanto projeto político dos	
 movimentos negros	40
2.2 Quilombo enquanto projeto de sociedade	47
2.3 Identidade quilombola versus identidade étnico-racial	52
3 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ: HISTORICIZANDO	
 os focos narrativos	59
3.1 CARCARÁ: Uma comunidade a construir sua história cotidianamente ..	61
3.2 O que os testemunhos orais revelam?	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES	86
REFERÊNCIAS	87
SOBRE O AUTOR	91

INTRODUÇÃO

Estudar e refletir sobre os quilombos e toda a sua carga histórica social é uma tarefa primordial para compreendermos nossa trajetória enquanto população negra e afrodescendente brasileira, sobretudo, nossas formas de organização e práticas culturais que ressignificamos ao longo do percurso histórico. “A resistência quilombola traz em si um processo de construção que há muito se dá na história do País, e que se processa de diferentes modos de acordo com os contextos de cada período” (Souza, 2008, p. 13).

Para o geógrafo Alex Ratts (2012, p. 29) "Os quilombos constituem uma das maiores experiências coletivas de africanos que foram trazidos as Américas e seus descendentes, mas estamos, ainda, reconhecendo a extensão e a profundidade desse fenômeno histórico". Desse modo, só é possível mensurar tal importância se nos debruçarmos sobre as histórias desses grupos para 'historicizá-las', num exercício de compreensão de suas particularidades, subjetividades e modos organizativos.

Constituídos em pleno período colonial, os quilombos experimentaram diversos reverses durante sua trajetória, por muito tempo foram condicionados pelas autoridades, tanto portuguesas quanto coloniais como sendo lugares de transgressões as leis. A severidade era tanta contra esses redutos, que após o desenrolar dos confrontos envolvendo Palmares e a Coroa portuguesa, as autoridades passaram a combatê-los ainda no nascedouro, considerando ainda no século XVII, qualquer ajuntamento com a presença de cinco negros em local despovoado, mesmo que não tenham rancho levantado ou pilões, seria considerado um quilombo (Reis, 1996; Moura, 1981 *apud* Ratts, 2012).

Ainda de acordo com Reis (1996) tal definição mesquinha, forjada pelas autoridades da época, que assim acreditavam combater a formação de novos quilombos, acabou por contribuir, cada vez mais nos números inflacionados que preenchiam as correspondências oficiais. "Se não figuravam como ameaça efetiva à escravidão, eles passariam a representar uma ameaça simbólica importante, povoando o pesadelo de senhores e funcionários coloniais, além de conseguir fustigar com insistência desconcertante o regime escravista" (Reis, 1996, p. 18).

Porquanto, antes de tudo, os diversos estudos realizados sobre os quilombos, já destruíram em partes, a ideia de que estes se formavam exclusivamente em locais de difícil acesso e isolados do restante da sociedade. Apesar de que para o senso comum e para a historiografia mais conservadora estes continuem sendo compreendidos como meros espaços formados por negros fujões, diversos estudos realizados ainda no período colonial e

posteriormente têm demonstrado a riqueza e a diversidade cultural e social presentes nestes espaços, tanto no passado quanto no presente (Reis, 1996; Gomes, 1997).

Formados principalmente por africanos e seus descendentes, os quilombos, também abrigavam indígenas, brancos pobres, desertores e outros fugitivos das autoridades estatais e eclesiásticas, constituindo-se assim num espaço pluriétnico. Instalados em locais que garantissem o desenvolvimento de uma produção e de trocas comerciais, sobretudo, próximos às vilas, cidades e estradas, os quilombolas conseguiram estruturar uma rede de relações importantes, "todos mantinham redes de comércio, relações de trabalho, de amizades, parentesco, envolvendo escravos ainda assenzalados, negros livres e libertos, comerciantes mestiços e brancos, tanto entre escravizados quanto com pessoas da elite" (Reis, 1996, p. 18).

Desse modo, os quilombos se mostram um espaço muito mais rico, para além de campos de refúgios, mas de ressignificação de práticas organizacionais, culturais, políticas e econômicas. Acredito que isso foi o que garantiu sua sobrevivência ao longo do tempo, essa sua capacidade de adaptações às mudanças ocorridas neste transcurso histórico, que contribuíram profundamente na dissolução do escravismo e na emergência de relações cada vez mais complexas, envolvendo dominados e dominadores.

Com a abolição formal do trabalho escravo em 1888, muitos quilombos continuaram existindo, como também as próprias caracterizações e denominações a ele imputadas, ainda hoje bastante correntes pelo menos no senso comum, de que os quilombos são espaços marcado por violência e lugares de negros fugitivos. De acordo com Souza (2008, p. 46) quando se inicia o "período republicano, a partir de 1889, o termo "quilombo" desaparece da base legal brasileira, uma vez que com o fim da escravidão sua existência não teria mais sentido".

Somente um século após, depois de muita luta, sobretudo do Movimento Negro Brasileiro, na Carta Magna Federal de 1988, o termo reaparece juridicamente "como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de "remanescentes"" (Souza, 2008, p. 46). Ainda de acordo com Souza (2008) com a publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), cem anos depois da abolição, o Estado brasileiro reconhece os direitos territoriais dos povos quilombolas. Como também, a necessidade e a obrigatoriedade da emissão, pelas autoridades competentes, dos títulos de propriedade coletiva das terras ocupadas pelos remanescentes.

Apesar da aprovação e promulgação da referida lei e decretos posteriores, que reafirmaram a imediata titulação e emissão dos títulos de propriedade, na prática o processo encontra-se bastante lento, se não parado em muitos casos. Este se mostra como sendo um dos principais desafios para a grande maioria das comunidades remanescentes quilombolas,

espalhadas por todo território nacional, que agora lutam para a efetivação da lei e dos direitos mais básicos, como acesso a terra, saúde, educação, lazer, transporte, dentre outros.

Em 2005 o Ministério da Educação publicou um pequeno livro, intitulado de “*Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros*” que desde já reforço, como sendo bastante pertinente, uma vez que se destina aos professores (as) como material de auxílio pedagógico no trato das questões sobre a educação quilombola. É desta publicação que extraio o seguinte fragmento:

A realidade é que hoje, mais de cem anos após a "abolição da escravidão", a quarta geração das famílias acalenta o mesmo sonho que, um dia, foi de seus bisavôs: dignidade e reconhecimento. Trocando em miúdos, isso quer dizer que os quilombolas do século XXI convivem com a mesma sensação de seus antepassados. Ou seja, também pisam em um chão que - embora por justiça lhes pertença - ainda não é, de fato, seu.

São questões como esta e outras tantas que coadunam a escrita deste trabalho sobre a comunidade quilombola de Carcará, que apesar de ter suas particularidades, continua a compartilhar com várias outras comunidades remanescentes de quilombo algo bastante comum, o anseio pela regularização de seu território. No que concerne aos estudos científicos que exploram a história comunitária destes grupos, percebemos que existe uma carência enorme, sobretudo na área de História.

A construção desta monografia é fruto, antes de tudo, das vivências e das aprendizagens que despertam o interesse para falar em certa medida, de nós negros. Aliada as idas a campo e ao material bibliográfico reunido, vamos traçando reflexões importantes sobre a pesquisa e qual a melhor maneira de aborda-la. As visitas e as vivências no solo da comunidade dão o tom desta escrita, afinal, são seus moradores (as) que fornecem os elementos essenciais que compõe o trabalho, suas histórias encravadas nas suas memórias individuais, mas que atravessam o tecido social coletivo.

Neste sentido, a utilização da metodologia da História Oral torna-se aliada na construção das fontes deste trabalho monográfico, que recorre às memórias individuais, por meio da realização de entrevistas, que buscaram estruturar um arcabouço de informações que pudessem responder as inquietações e aos objetivos desta pesquisa.

Porquanto, o trabalho construído a partir de fontes orais, não tem a pretensão ou o desejo principal de estabelecer verdades, "do que realmente aconteceu, porém, em busca dos significados que os indivíduos dão para as experiências que vivenciaram, isto é, em busca da subjetividade". (Veloso, 2005, p. 18). São estes significados que podem nos revelar muito mais

sobre as formas de comportamento e práticas de um povo, do que essa busca desenfreada para estabelecer a verdade. É preciso questionar e analisar as fontes orais, de forma a constitui uma narrativa analítica crítica, que possa fomentar novos conhecimentos.

Neste sentido, algumas questões são importantes para pensar a relação das comunidades quilombolas com o processo de ocupação do território brasileiro e a importância de tais redutos remanescentes de quilombos para o entendimento e a compreensão de nossa história, enquanto sociedade forjada num sistema escravista, que usurpou e explorou por mais de trezentos anos, a liberdade e as riquezas produzidas por negros (as), que foram desterrados de sua terra mãe, África.

Ao refletirmos sobre tais circunstâncias é importante pensarmos não só os processos de exclusão e submissão, mas também evocar todas as práticas desenvolvidas por nossos ancestrais, que contribuíram nos avanços tecnológicos, educativos, econômicos e políticos. Nosso repertório de participação ativa na construção da sociedade brasileira ultrapassa os limites da subserviência, e nossa história jamais pode ser reduzida ao escravismo brutal e criminoso, pois, somos nós, população negra e indígena brasileira, as grandes construtoras deste país, desde tempos longínquos.

Entretanto, como sabemos, é desolador o cenário de violação dos direitos concernentes à população negra, e por isso, estudos voltados para essas questões são urgentes, afinal, não somos somente números, para povoar relatórios estatísticos, que em essência revelam a face mais assustadora do problema, que condena todos os dias milhões de negras (os) a morte, se não física, pelo menos simbólica, quando nos negam a nossa própria existência.

Porquanto, a maioria das reflexões expressas ao longo desta monografia, enfatizam a importância dos quilombos na construção da sociedade brasileira, do ponto de vista econômico, social, cultural e político, tendo como referência a comunidade quilombola de Carcará, fomentadora deste estudo. A sua trajetória é importante, e por isso, prescindo de vê-la somente como um objeto de pesquisa, mas como algo vivo, que se constrói, desconstrói e reconstrói a partir das experiências cotidianas de seu povo.

Diante disso, acredito que o título: **Um panorama histórico sobre a comunidade quilombola de Carcará em Potengi, no Ceará** além de revelar algumas premissas deste trabalho, estabelece a área do conhecimento em que se fundamenta, como também o localiza espacialmente, já que temporalmente as reflexões estão imersas no tempo presente. Assim sendo, é possível perceber de início que se trata de uma pesquisa elaborada pensando o percurso histórico social do quilombo Carcará e suas relações com a trajetória histórica da população negra brasileira. Através de um estudo bibliográfico e também da utilização de testemunhos

orais, colhidos por meio da elaboração de roteiros de entrevistas abertos, que pudessem suscitar reflexões para além das questões pré-estruturadas, mas que novos elementos pudessem ser captados a cada entrevista realizada.

Desse modo, o presente estudo tem como premissa principal compreender o processo de constituição histórica da comunidade quilombola de Carcará, localizada no município de Potengi, na região Sul, do Estado do Ceará. E os seguintes objetivos específicos,

1. Situar em qual contexto histórico social emerge a comunidade quilombola de Carcará;
2. Analisar quais são as possibilidades e os desafios para a constituição e consolidação da comunidade quilombola de Carcará no contexto atual;
3. Compreender em que medida a titulação das terras da comunidade quilombola de Carcará contribuirá para o fortalecimento da noção de pertencimento racial dos sujeitos da referida comunidade.

Diante destes objetivos, esperamos responder a problemática da pesquisa que gira em torno da compreensão do período em que surgiu e como foi se constituindo a comunidade quilombola de Carcará em seu percurso histórico. Levando em consideração aspectos que versessem sobre as experiências quilombolas em solo brasileiro, sobretudo, no que diz respeito à capacidade de mudanças constantes, em que os quilombos eram submetidos. Como também, a própria resignificação que o Movimento Negro deu ao termo, o que antes, era tido como espaço da marginalidade, agora serve como fio condutor para a organização da população negra, que reafirma a necessidade cada vez mais de nos aquilombarmos.

Efetivamente, a elaboração desta produção monográfica vem sendo traçada desde meados de 2018, quando finalizei o projeto e comecei a me debruçar sobre as leituras bibliográficas, a fim de, reuni uma gama de elementos que pudessem subsidiar as primeiras reflexões em torno dos quilombos e da população negra. Neste mesmo ano, comecei a participar das reuniões do Grupo de Estudo e Pesquisa de História, Cultura e Ensino afro-brasileiro, americano e africano/GEPAFRO da Universidade Regional do Cariri - URCA, coordenado pela professora Maria Telvira da Conceição, que muito contribui nas primeiras inquietações deste empreendimento.

As reuniões do grupo eram bastante instigantes, pois provocava em nós a importância de nossa autoafirmação, enquanto povo negro. Não nos reuníamos para falarmos de negros (as), mas sim de nós mesmos, nossas trajetórias, que em partes se entrelaçavam. Pelo menos, para mim, essa necessidade de afirmar minhas raízes soava muito importante, pois, as vivências

dentro dos movimentos sociais me mostraram isso. As conversas e reuniões com meu orientador Thiago Florencio também foram decisivas para a estruturação e organização das referências teóricas, como também durante as orientações e correções do texto.

A participação como bolsista do Programa Institucional de Iniciação a Docência - PIBID, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes pelo projeto multidisciplinar de História e Sociologia da URCA foi essencial. Pois, o objetivo principal do projeto era proporcionar atividades acerca dos conceitos de raça, gênero e poder em três escolas de ensino médio da Rede Estadual de Ensino do Ceará, no qual atuei na Escola Estadual José Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte. Desse modo, tais premissas contribuíram muito para que aproveitasse o espaço escolar para socializar as primeiras impressões da pesquisa durante algumas aulas que ministrei, junto a outras bolsistas.

Os diversos espaços em que tive a oportunidade de ocupar durante as primeiras discussões da pesquisa forneceram um arcabouço enorme de provocações e inquietações que permitiram ao longo das leituras, selecionar as melhores reflexões sobre os quilombos. Como também, buscar formas diferenciadas de pensar suas relações ao longo dos tempos, pois, os quilombolas de hoje, não são eminentemente os do passado.

Para pensarmos os conceitos de quilombo histórico, quilombo enquanto projeto de sociedade, quilombagem, quilombismo, identidade étnico-racial e identidade quilombola, elegidos para este trabalho, tivemos o cuidado de selecionar uma gama de estudos produzidos por autores (as) negros (as), tais como Nascimento (1980), Ratts (2012), Beatriz Nascimento (*apud* RATTTS, 2006), Munanga (1995/96), Moura (1992), Souza (2008), Santos (2018), dentre outros. Quanto aos conceitos de História Oral e memória que fomentam as discussões envolvendo a análise dos testemunhos orais, trabalhamos a partir das reflexões de Portelli (1997; 2005), Vêloso (2005), Delgado (2006), e outros.

A monografia está dividida em três capítulos. O capítulo I, nomeado de CAMINHOS PERCORRIDOS: DA ESCOLHA DO TEMA À CONSTRUÇÃO MONOGRÁFICA discute os primeiros passos da pesquisa desde as escolhas metodológicas, levantamento bibliográfico, justificativa e das relações entre comunidade e universidades. Como também, apresenta os resultados de um levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes, sobre a produção científica envolvendo quilombolas.

No capítulo II, DISCUTINDO OS EIXOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA como sugere o título, reflito sobre os principais conceitos abordados ao longo do trabalho. Com vista, as diferentes noções de quilombo e sua transformação como um projeto de sociedade a ser alcançado. Também abordaremos os conceitos de identidade étnico-racial e

quilombola, no intuito de fornecer elementos que possam fomentar as discussões sobre a importância dos quilombos, no pretérito e no presente.

No terceiro e último capítulo, intitulado COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ: HISTORICIZANDO OS FOCOS NARRATIVOS são analisados cinco testemunhos orais, colhidos por meio de entrevista direcionada, composta de treze questões envolvendo vivências individuais e coletivas, dos/as seguintes entrevistados/as, Sebastião Vieira da Silva; Antônia Oliveira da Silva Carvalho, dona Bizunga; José Mazinho Marçal de Carvalho; Francisca Maria Rodrigues da Silva e José Vieira da Silva. A sistematização não consiste somente na reprodução das falas, mas numa análise, que envolve crítica e rigor científico.

Os testemunhos analisados revelam questões muito importantes sobre as relações entre os moradores da comunidade quilombola de Carcará, como também seus conflitos. As perspectivas de futuro estão diretamente ligadas à titulação das terras, que garantirá uma nova configuração com as formas de trabalho e produção. Desse modo, a emissão do título de propriedade coletiva da terra representa não só a subsistência e sobrevivência da comunidade, mas a esperança de dias profícuos.

O ideal seria se nós, povos e instituições brasileiras, reconhecêssemos na nossa integralidade a forma como nos atravessam as práticas e epistemologias africanas em nosso cotidiano, com certeza, saberíamos a importância que assumem no processo de desenvolvimento da humanidade e de seus conhecimentos, desde tempos imemoráveis, e por certo já teríamos sufragado muitos preconceitos, sobre nós e os outros. (Santos, 2018).

1 CAMINHOS PERCORRIDOS: DA ESCOLHA DO TEMA A CONSTRUÇÃO MONOGRÁFICA

Ao nos desafiarmos a construir um trabalho que em parte, fala de nós mesmos, nem sempre é fácil, mas com certeza o produto final é sempre gratificante. A escolha geralmente envolve sensibilidade, vivência e subjetividade. O pesquisador na maioria das vezes busca pesquisar algo que lhe agrade ou que possa intervir de forma positiva no objeto de estudo preterido, pois "a pesquisa é também intervenção, transformação". (Portelli, 2005, p. 49).

Neste sentido, a pesquisa passa a ter diferentes contornos e significados, tanto para o pesquisador quanto para as pessoas envolvidas no estudo. Assim sendo, delineados os objetivos e os interesses principais do trabalho, partimos para as escolhas dos elementos que o comporão, como as fontes, as referências teóricas e a metodologia.

Devido à especificidade do nosso objeto de estudo, a comunidade quilombola de Carcará, indispor de documentos escritos que possa informar sobre seu processo de constituição histórica, utilizaremos como metodologia de pesquisa a História Oral, a fim de, constituirmos um arcabouço de fontes e documentos que subsidiem nossa pesquisa. (Delgado, 2006, p. 18).

Para facilitar o entendimento das discussões pautadas no capítulo, ele foi estruturado da seguinte maneira. No tópico (1.1) faremos uma breve discussão sobre a História Oral e suas potencialidades na construção de discursos históricos sobre diversos grupos sociais, a partir das reflexões de Delgado (2006), Eulálio (2005), Lozano (2006), Portelli (2005) e Veloso (2005).

Na subdivisão (1.2) discutiremos brevemente, assentada nas reflexões de Monteiro (2016), sobre as relações envolvendo comunidades e universidades, diante da produção do conhecimento científico. Como também refletir sobre alguns cuidados importantes que os/as pesquisadores/as devem tomar quando empreendem na realização de estudos sobre determinadas comunidades, sobretudo, as mais estereotipadas.

O item (1.3), subdividido nos subitens (1.3.1) e (1.3.2) apresentam respectivamente a justificativa deste estudo e os resultados de um levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes sobre a produção acadêmica referente aos povos quilombolas.

Concluindo as reflexões do capítulo, a parte (1.4) trata sobre a metodologia de pesquisa e o processo de escolha do arcabouço teórico, elencando os principais conceitos abordados ao longo do estudo, as dificuldades e as possibilidades que este suscita.

1.1 Campo da pesquisa: História Oral e suas possibilidades

Apesar das diversas ressalvas e críticas sobre a utilização da história oral na construção de discursos científicos, esta ainda continua sendo um dos importantes meios à construção e democratização do conhecimento, por privilegiar a discussão de temas envolvendo grupos, que não tiveram a oportunidade de sistematizar a sua história de forma escrita ou que tiveram seu próprio processo educacional dissipado, que só permite conhecer ou relatar suas histórias por meio da oralidade.

Como metodologia, a história oral mostra-se muito rica, apesar das várias desconfiças que suscita no meio acadêmico, devido está assentada no relato oral, que segundo seus críticos pode retirar seu elemento científico, por ser uma fonte produzida no diálogo gestado entre o pesquisador/a e depoente, por meio de entrevistas ou depoimentos. É importante ressaltar que não existe neutralidade, em nenhum processo de constituição de fontes ou documentos, sejam elas escritas ou orais, todas são construídas sob a interferência de alguém. (Portelli, 1997; Delgado, 2006).

Segundo Lucilia Delgado (2006, p. 18) "a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva". Ou seja, as narrativas orais servirão como elementos essenciais, para a análise, crítica e sistematização de determinado acontecimento, no nosso caso específico, a estruturação de um discurso historiográfico sobre a comunidade quilombola de Carcará.

Para Thelma Veloso (2005, p. 30): "A história oral é um discurso dialógico que se origina não só do que os narradores dizem, mas, a partir da participação do pesquisador, tanto durante a pesquisa de campo, como na apresentação do material". Bem como das indagações que faz ao depoente e a própria intimidade entre ambos, contribui muito nesse processo, em última instância a confiança que se estabelece pode enriquecer muito mais o relato.

Contudo, o texto final que criamos a partir dos testemunhos orais, se insere numa perspectiva dialógica de diversas vozes, logo, é passível de múltiplas interpretações, envolvendo um conjunto de pelo menos três expectadores, nós pesquisadores, os depoentes e os leitores (Portelli, 1997).

Ademais, segundo Jorge Lozano (2006, p. 17) praticar a história oral significa, antes de tudo, "produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos 'outros'". Não se trata somente de dispô-los numa sequência lógica e inteligível, mas sim, questionar e, sobretudo, analisar criticamente.

Também é importante atentarmos para outro aspecto interessante sobre a utilização dessa metodologia na produção de fontes. A saber, tanto o emprego do material produzido/coletado, pode ser para fins de uso imediato, geralmente pesquisadores/as são que fazem esse processo de elaboração, quanto para a construção de acervos, para que posteriormente outro/a pesquisador/a utilize as gravações ou transcrição, esse tipo de procedimento é comumente realizado por arquivistas.

De certo, como podemos perceber nas passagens precedentes, a história oral é uma metodologia "voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber" (Delgado, 2006, p. 44), bastante diversa e que pode proporcionar e auxiliar na construção de excelentes pesquisas. Além disso, ela abre margens para que diversos grupos, que por algum motivo, não tiveram a oportunidade de constituírem suas histórias individuais e coletivas documentadas por escrito, possam por meio do relato oral, terem suas histórias captadas, analisadas e sistematizadas.

Nesta mesma direção, reflete Maria do Carmo Eulálio (2005, p. 70) enfatizando que:

As entrevistas de história oral permitem explorar aspectos da experiência histórica raramente registradas, como as relações pessoais e interpessoais, possibilitando que as pessoas pertencentes as categorias sociais, geralmente excluídas da história oficial, possam ser ouvidas, deixando registradas para análise futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.

Ainda segundo essa autora, a prática da história oral mostra-se envolvente, uma vez, que se evidencia uma relação de cooperação entre pesquisador e entrevistado, por meio de vínculo embasado numa intimidade recíproca (Eulálio, 2005), que facilita o diálogo entre ambos e proporciona a constituição de um material mais rico e detalhado.

Desse modo, é importante observarmos que a riqueza de tais narrativas dependerá em partes, da relação estabelecida entre entrevistador/a e o depoente, por isso, a importância, de antes de tudo, estabelecermos um elo de confiança com ele/a. Ademais, devemos também considerar as condições físicas, emocionais e educacionais dos sujeitos selecionados para serem entrevistados/as. Ou seja, exige-se um procedimento cuidadoso, tanto na seleção do possível entrevistado/a quanto no processo de realização da entrevista, para que se consiga extrair o máximo de informações.

Todas essas reflexões apresentadas anteriormente demonstram o quanto têm sido importantes a utilização desta metodologia na construção do saber científico, sobretudo, sobre os grupos sociais marginalizados. Que dispõe tais quais as classes privilegiadas de elementos que podem contribuir na compreensão de uma dada sociedade. Por meio do estímulo a

recordação, o pesquisador/a busca capturar as memórias desses sujeitos, no intuito de compreender o que condicionou suas formas de organização e modos de ser. Utilizando de instrumentos de gravação, capta o relato de cada depoente, com vista a analisar criticamente, assentado numa base conceitual que possam revelar ou explicar os elementos contidos em cada testemunho.

Aliás, como pondera Durval Muniz de Albuquerque Jr (1994, p. 39) "as memórias individuais ou coletivas têm se transformado numa das fontes cada vez de maior importância para o trabalho de gestão da história". Pensar o espaço das memórias na história oral é de fundamental importância, para a compreensão e defesa dessa prática, uma vez, que ela depende dos acúmulos que dispõe o/a depoente em sua memória, que é instigada a ressurgir por meio de estímulos, sejam por meio de objetos, fotografias ou estruturação de um roteiro de questões que vá ao encontro das lembranças cravadas na mente do interrogado/a.

Para a psicóloga Thelma Maria Grisi Veloso e a socióloga Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (2005) na apresentação do livro *"Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória"* do qual são organizadoras, a memória seria uma recomposição do passado, "a partir do presente, uma função psicológica do indivíduo, mas no processo social ela se constrói e se estrutura, através das ressonâncias que derivam das relações e vivências coletivas". Ou seja, daquilo que é reproduzido cotidianamente no meio social em que determinada memória circula.

As memórias dos remanescentes quilombolas de Carcará também são revisitadas, levando em considerações todos estes elementos discutidos acima. São nossas inquietações que provocam nas lembranças de cada entrevistado/a, essa necessidade de rememorar a história comunitária, as quais tiveram acesso pela transmissão oral. As indagações que fazemos se bem estruturadas pode alargar o horizonte de possibilidades, que do contrário não seria possível, se não nos atentássemos as regras básicas desta metodologia.

No campo da produção do conhecimento histórico, "a relação memória e História marca sua presença sempre forte e avassaladora" (Delgado, 2006, p. 31). Pois, as relações que ambas estabelecem são também interligadas com a memória coletiva e a memória individual, que estão "sempre entrelaçadas e quase sempre dotadas de poder: poder de esquecer, de lembrar, de omitir, de silenciar" (ibidem). Utilizando das reflexões de Neves (2001), Delgado (2006) enfatiza que "cada depoimento é único e fascinante em sua singularidade e potencialidade de revelar emoções e identidades" (ibidem).

Desse modo, podemos concluir que a história oral dialoga com uma diversidade de conceitos e abordagens, uma vez, que sua utilização pressupõe uma discussão sobre memórias, tanto individuais quanto coletivas. Além do mais, adentra a outras discussões importantes como

a de identidade. Inclusive, se a interdisciplinaridade for trabalhada de forma a explicitar as diversas facetas por traz de cada relato, pode proporcionar reflexões instigantes, sob a luz de vários campos do saber, que forjam e explicam conceitos de diferentes formas.

Contudo, segundo Delgado (2006, p. 30) além da lida com as diversas temporalidades, o uso da metodologia de história oral, também têm como desafio a superação de "questões pertinentes à interdisciplinaridade que ainda não foi assimilada de forma consensual pela comunidade acadêmica, muitas vezes presa à compartimentalização rígida do conhecimento". Que por vezes emperra o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, seus conceitos e modos de produzir ciência.

Diante disso, para desenvolver uma pesquisa assentada em tal metodologia, precisamos, segundo Delgado (2006, p. 25) estabelecer "critérios para a definição dos potenciais entrevistados" tendo como referencias os sujeitos que articulam ou tem uma ligação próxima ao objeto em estudo, neste sentido pessoas com "participação ativa no processo histórico pesquisado".

Saliente-se que, de acordo com Eulálio (2005, p. 70-1) "O registro das experiências vividas pelos informantes em fitas magnéticas de áudio ou vídeo é um instrumento fundamental para a compreensão não apenas do tempo presente, mas do passado (recente), como também, a construção de perspectivas de futuro". É justamente disso que tratamos neste trabalho, das vivências, lutas do passado e do presente, mas também, das perspectivas de futuro objetivadas pela comunidade estudada.

De acordo com Lozano (2006, p. 18) a história oral já não precisa ter que lutar constantemente para ter seu espaço nas Ciências Sociais, em parte já conquistou muito terreno e continua se expandindo cada vez mais, com uma produção excelente de trabalhos utilizando desta metodologia na produção do conhecimento histórico. Todavia, agora "é necessário examinar o caminho percorrido, antes de pretender seguir adiante".

Por fim, enfatizo mais uma vez, que a história oral não se trata somente de um método, que capta áudios, transcreve ou organiza testemunhos, tal qual o/a entrevistado (a) os narra. É importante que as narrativas captadas sejam, antes de tudo, transcritos e analisados criticamente, a partir de uma base conceitual, que provoque reflexões e, sobretudo, novos conhecimentos.

1.2 Uma breve reflexão sobre a relação entre Universidade e comunidades: trocas diferenciadas de saberes

As reflexões que se seguem foram forjadas, após a leitura do artigo "*Universidade e comunidades: Diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial*" de autoria de Elaine Monteiro, publicado no livro "História Oral e comunidade: Reparações e culturas negras", sob a organização de Hebe Matos e selo editorial Letra e Voz (2016). A discussão que autora faz é bastante pertinente e, por isso, resolvi discutir alguns pontos elencados por ela, nas relações que envolvem a produção de saberes pela Universidade e as comunidades, sejam elas urbanas ou rurais.

Diante disso, reflito que a relação que se estabelece entre a Universidade e as Comunidades jamais pode ser pautada de forma verticalizada, é preciso que a primeira compreenda os sujeitos de seus estudos, como seres detentores de saberes e fazeres intrínsecos ou forjados na sua cultura e nas suas formas de organização social e política. Não dá para desenvolver um bom trabalho com as comunidades se o pesquisador/a estabelecer uma relação de desprezo pelas práticas de seu objeto de estudo, pois estes não são seres inanimados, possuem uma história e precisa ser valorizada, grosso modo são antes de tudo, sujeitos políticos.

Pois, em última estância, como discuti Portelli (1997; 2005) somos nós que estamos querendo aprender um "pouquinho" sobre essas pessoas, e não ao contrário. Suas histórias correm cotidianamente por meio da oralidade e isso, constitui para essas comunidades suas "verdadeiras" histórias. Desse modo, ainda segundo ele, é arrogante e mesquinha a ideia de que os pesquisadores/as dão voz a esses povos, no mínimo o que oferecemos são nossos ouvidos, para escutarmos o que eles têm a relatar sobre seu lugarejo.

Neste sentido, ao empreender um trabalho com comunidades, sobretudo as marginalizadas e vitimadas por um processo histórico de discriminação e violência, é importante atentarmos aos aspectos que condicionaram essa situação, para não acabarmos por contribuir ainda mais com a perpetuação ou reforçar preconceitos. Por isso, é essencial, prestar atenção aos postulados metodológicos, como também à utilização de referências teóricas que prezem e valorizem a história destes grupos. Pois, não dá para ter um projeto maravilhoso de pesquisa, se as nossas escolhas metodológicas e teóricas não condizem com a natureza do nosso objeto de estudo.

Portanto, o fazer científico nas comunidades exige este olhar atento e desprendido de preconceitos do profissional que se propõe a fazer investigação científica, sobre um determinado grupo comunitário. Outro ponto importante tem haver com as relações que se

estabelece entre a comunidade e o pesquisador/a, tudo isso influirá decisivamente nos rumos da pesquisa, podendo beneficiá-la ou prejudicá-la, em último caso se for amistosa, será muito mais rica a experiência e contribuirá de forma positiva com o estudo.

A questão central nos diálogos estabelecidos entre a universidade e a comunidade tem haver com as contribuições de uma para com a outra, e de como essa aproximação pode fortalecer as lutas e anseios travados no seio destas últimas. No caso de Carcará os depoentes sinalizaram como sendo muito importante essa presença de universitários e visitantes, pois, demonstra a importância do vilarejo, revalorizando a história dos seus moradores, vítimas de preconceitos e discriminações.

Então, se pressupomos que nosso trabalho é antes de tudo, fruto de um processo dialogado de trocas, entre diferentes visões e versões, logo, concluiremos que não podemos sobrepor o conhecimento universitário ao propagado nas comunidades, mas sim, buscar por meio de um estudo rigoroso, utilizando de diferentes conceitos para compreender os sentidos daquelas narrativas que atravessaram gerações e continuam sendo aceitas como a história oficial daquele grupo.

1.3 Da escolha do tema aos primeiros passos da pesquisa: Justificativa e o levantamento da produção científica sobre quilombolas

Para uma melhor compreensão das discussões empreendidas neste tópico, resolvemos separar em dois subtópicos, a justificativa e os resultados de um levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes sobre a produção científica envolvendo os povos quilombolas. Apesar de separados, ambos dialogam bastante sobre a importância da realização de estudos sobre tais nichos comunitários.

1.3.1 Justificativa

A escrita desta monografia se coaduna com a de milhares de produções científicas sobre nós, população negra brasileira. Compreender a história dos movimentos quilombolas no Brasil torna-se tarefa primordial no entendimento de nosso percurso histórico, não se trata de divinizá-los ou subalternizá-los, mas, simplesmente conhecê-los em suas diferentes facetas. A versão historiográfica predominante tratou de registra-lo como sendo espaços de marginalidade,

violência e sofrimento, aliás, negando até mesmo sua importância na corrosão do sistema escravista.

Combativos, os quilombos experimentaram por séculos a perseguição e a violência a eles direcionadas, todavia, isso jamais significou para muitos deles uma realidade constante, ao longo deste processo foram ocupando espaço, sejam eles negociados ou conquistados como muita astúcia. Desse modo, este trabalho buscou significativamente constituir uma narrativa, na contramão daquilo que comumente é evocado pelo senso comum.

Por isso, marchemos rumo aos nossos ideais, destruído todas as barreiras que nos segregam. Como também os diferentes pontos de partidas instituídos por uma minoria seleta de homens brancos, que impõe a ao restante da sociedade seus padrões e modos de compreensão do mundo, nos fazendo acreditar em nossa própria incapacidade intelectual de gestão e organização dos nossos espaços sociais, culturais, econômicos e políticos.

Que possamos cada vez mais assumir nossa identidade negra e confrontar essas visões estapafúrdias, buscando na experiência dos quilombos do passado e do presente a inspiração para resistirmos, contra qualquer forma de racismo e discriminação. Para que possamos ir:

Na contramão desse caminho e de toda a História até aqui escrita e sentida pela maioria dos negros brasileiros, enaltecer a identidade negra, de maneira afirmativa, pode se configurar numa das únicas chamadas de esperança para uma sociedade mais justa e igualitária. (Prandini, 2013, p. 84).

Todavia, não será a premissa principal deste trabalho, tratar somente sobre sofrimento ou relembrar enfaticamente o período escravista. Compactuo com as diversas reflexões teóricas que já foram formuladas, de que precisamos tratar da nossa história, de forma a deslocá-la do escravismo, não para esquecê-lo ou apaga-lo, mas com vista a constituir novas abordagens que valorizem a luta histórica da população afro-brasileira e africana, nos mais variados âmbitos.

De olho, no que reflete a ativista e filósofa negra, Djamila Ribeiro (2017) em seu livro "O que é lugar de fala?" Ao tratar sobre o conceito de lugar de fala e as localizações de cada grupo na hierarquia social.

No Brasil, comumente ouvimos esse tipo de crítica em relação ao conceito, porque os críticos partem de indivíduos e não das múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (Ribeiro, 2017, p. 65).

Ainda de acordo com ela, de modo algum, "significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais" (ibidem). Desse modo, também é importante que a nossa produção circule por diferentes meios, em última instância seja consumida por nós mesmos, ou por quem se interessar por nossas discussões.

Inclusive, aproveito para ressaltar que existe uma farta literatura produzida pela população negra, no Brasil e no exterior, porém, não é tão divulgada ou comercializada como a de intelectuais brancos e isso, impacta negativamente na circulação de diferentes formas de pensamentos e até mesmo, nas diferentes formas de teorizar sobre a sociedade e suas formas de organização.

O racismo legado pelos três séculos de escravização que nossos ancestrais foram submetidos e subjugados legou-nos uma sociedade “sofisticadamente racista”, que nega veemente tal prática e que acusa sempre o outro como sendo praticante, mas não ela. Em termos práticos, nós população negra brasileira, continuamos a ocupar os piores postos laborais, tal quais nossos antepassados, *quiçar*, quando sobram, é claro.

O quilombo do passado, circunscrito pelas autoridades metropolitanas e coloniais como sendo espaços de intransigência as leis, não foram completamente sufragados. Como tampouco, cessaram após a abolição formal do trabalho escravo em 1888. Pelo contrário, foram ressignificados e agora compõem as estratégias de luta da população afro-brasileira, na conquista de direitos e na manutenção dos já assegurados.

Além disso, na Constituição de 1988, a definição de crime que lhe recobria foi substituída por uma perspectiva de direitos, sobre isso trataremos mais adiante. Ademais, que possamos seguir o conselho do mestre Abdias do Nascimento (1980) para forjarmos nossa própria base de conhecimento, por nós mesmos, formando teóricos e analistas de nossa literatura farta e reveladora daquilo que a sociedade dominante tenta nos esconder, legando a nossa literatura o fosso do esquecimento.

Nesta perspectiva a argumentação de Paola Prandini (2013, p. 78) é bastante elucidativa, no que tange a complexidade em termos de reconhecimento em nossa sociedade, mais “do que outras sociedades que não tiveram muitas das marcas dos povos subjugados apagadas ao longo da História”. Além do mais, é importante lembrarmos “que os discursos articulados desde o período colonial instituíram a “verdade” dos brancos, trazendo um conjunto de dificuldades, inclusive no campo econômico, para as identidades raciais negras”. (Backes, 2018, p. 57). Estas são algumas das diversas problemáticas ocasionadas pelo processo de apagamento da memória de nossa ancestralidade, em nome de uma literatura branca nos moldes europeizados.

Tudo isso reforça a importância de nos apropriarmos cada vez mais das produções empíricas e científicas de pesquisadores (as) negros (as), indígenas e de diversos grupos marginalizados. Por isso, pleiteio o desenvolvimento deste trabalho, que também é, em certa medida, um fruto forjado na luta social e política. Aliás, ela foi quem proporcionou o meu ingresso na universidade e, por isso, não posso prescindir de destacar sua importância nesse processo de formação intelectual.

Ademais, gostaria de enfatizar, que o olhar aguçado, que hoje possuo sobre minha ancestralidade negra e das disputas sociais que travamos cotidianamente, foram vislumbradas a partir das várias formações que tive a oportunidade de participar, intermediadas pela Pastoral da Juventude Rural – PJR¹, organização que milito desde 2014, que transformou minha visão de mundo e da urgência de nos organizarmos social e politicamente.

Por conseguinte, contribuí de forma incisiva na minha própria identificação, enquanto pessoa negra, na valorização de minha identidade e ancestralidade. Desse modo, concordo plenamente com o que diz Djamila Ribeiro (2017, p. 46) que "definir-se é um status importante de fortalecimento e de demarcar possibilidades de transcendência da norma colonizadora". E é isso, que tenho feito cotidianamente, buscando conhecer um pouco mais sobre minhas raízes, para fortalecer as diversas identidades que compõe o meu ser.

Visto que, de acordo com Delgado (2006, p. 71) "A identidade traduz um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum". Além disso, segundo ela "as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes" (ibidem). Ou seja, nossa identidade se intercruza com várias outras, que se aproximam pelas semelhanças e também pelas diferenças.

Mas a construção de identidades é também uma dinâmica através da qual a identificação das similitudes e a afirmação das diferenças situam o ser humano em relação aos grupos sociais que o cercam. A metodologia da história oral, por sua vez, é um procedimento que em muito contribui para que tais similitudes e diferenças sejam destacadas ou reconhecidas. (Delgado, 2006, p. 51).

Logo, são as nossas diferenças que evocam a necessidade de constituirmos uma identidade ou várias, para nos identificarmos ou sermos identificados. Quanto à história oral sua riqueza reside nessa aproximação do (a) narrador (a) com o/a pesquisador (a) de forma que ambos reconheçam suas próprias diferenças. Por exemplo, no trabalho de campo, por mais que

¹ A Pastoral da Juventude Rural é uma organização católica que atua junto à juventude camponesa do Brasil desde 1983 e está ligada a Comissão Episcopal Pastoral para Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Para saber mais, acesse o site oficial da organização: <<https://pjrbrasil.com.br/pjr>>

a gente tente se aproximar ao máximo da realidade estudada, as diferenças sempre estarão sendo evocadas.

O reconhecimento de nossas diferenças mostra-se como profícuo no momento que compreendemos a existência concomitantemente de diversas formas de expressões culturais e o compartilhamento com outros grupos, e por mais, que carreguem características que nos identifique com ele, haverá sempre alguma diferenciação entre nós. E é justamente isso que enriquece o processo de trocas de saberes, visto que, sou negro, porém minha realidade social, não é igual à de um negro quilombola.

Mas nossas lutas se inter cruzam e, por isso, continuo acreditando que é nas lutas cotidianas, que nós nos construímos, enquanto cidadãos e cidadãs, conscientes de nossas demandas sociais, culturais e políticas. A luta é árdua, mas com determinação e organização, conseguiremos transpor as barreiras impostas e conquistar plenamente nossa liberdade de viver, de sonhar, de construir e, sobretudo, acreditar na coexistência harmoniosa entre pretos, indígenas e brancos.

Neste sentido, a escolha da Comunidade Quilombola de Carcará, localizada no município de Potengi, na região sul do Estado do Ceará, não é aleatória e, tão pouco, somente um objeto de estudo, ela é mais que isso, é espaço de ancestralidade e resistência da população negra de minha terra natal.

Que tive a oportunidade de conhecer em fins de 2014, durante o processo de divulgação da Campanha Nacional do Plebiscito Popular pela Reforma Exclusiva e Soberana do Sistema Político brasileiro, impetrado por várias organizações sociais, que ocorreu na Semana da Pátria, em setembro do mesmo ano, onde foram coletadas mais de 8 milhões de assinaturas em todo território nacional.

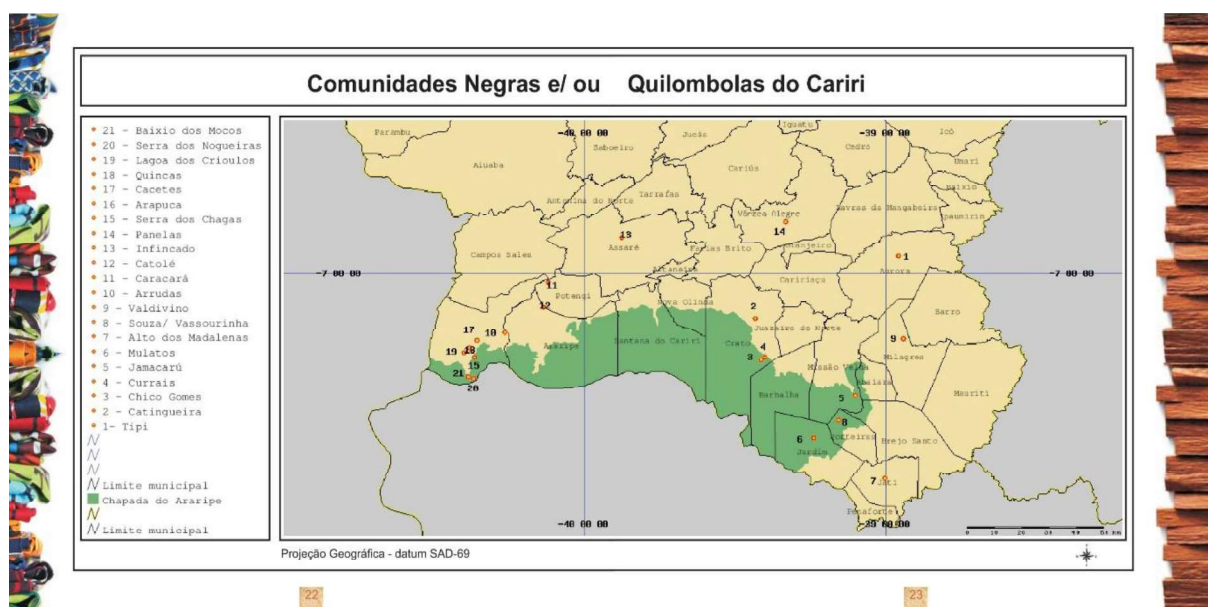
Entretanto, meu interesse pela pesquisa, só floresceu depois que participei de um evento em 2016, intermediado pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec) e a Cáritas Diocesana de Crato (CDC) que mim incumbiram de ir a comunidade convidar três representantes para participarem comigo do ***"Seminário Regional de Integração: articulando redes de proteção"***.² Prontamente atendi e fui à comunidade fazer o convite, donde três lideranças disponibilizaram-se a participar.

² O evento foi realizado no Auditório da Subseção da OAB em Crato-Ce, no dia 17 de maio de 2016. Todas estas informações foram extraídas do Certificado de Participação (autor) no evento. O evento foi promovido pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, através do Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos.

O seminário contou com a participação de diversas lideranças negras da região do Cariri cearense, que relataram sobre os conflitos e as ameaças de morte, sobretudo, das lideranças comunitárias. Aprendi muito neste evento sobre as lutas e as angústias, enfrentadas pelas comunidades rurais negras e quilombolas de nossa região.

Que segundo, mapeamento realizado em 2011 pelo GRUNEC e CDC, em parceria com outras instituições, que findou na sistematização da Cartilha Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense, ao todo, foram localizadas e identificadas, na região do Cariri cearense 25 comunidades rurais negras e quilombolas³.

Figura 1 — Mapa elaborado para compor a Cartilha do Mapeamento, páginas 22 e 23.



Fonte: Cartilha do Mapeamento das comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri cearense/ Acervo Cáritas Diocesana de Crato.

Porquanto, esse contato que tiver com as lideranças da comunidade foi de fundamental importância, pois, ajudou a fortalecer o interesse pela pesquisa, tendo como referência o quilombo Carcará. Desse modo, centrei o estudo em pelo menos três dimensões de interesses, a saber.

A primeira de ordem social, pela relevância histórica e a sua forma particular de organização. Quanto à segunda, sua dimensão política manifestada nos diversos instrumentos utilizados na conquista e na manutenção de direitos consagrados na Constituição Federal de

³ Cartilha sistematizada pela Cáritas Diocesana de Crato e Grunec, em parceria com diversas organizações da região do Cariri cearense. O estudo sistematizado na cartilha é bastante rico, além de trazer algumas informações importantes sobre cada comunidade localizada durante a pesquisa.

1988 e nas leis posteriores. Já a terceira e última, a dimensão cultural que junto às outras, propaga a resistência e a luta, frente à cultura da imposição, que insiste em não reconhecer, as peculiaridades e particularidades dos diferentes grupos sociais, querendo lhes impor um modelo cultural universalista, alheio aos seus anseios.

Nesta perspectiva, entendemos que as diversas comunidades quilombolas existentes no Brasil conservam em suas formas de organização e nos costumes, modos próprios de se organizarem tanto social quanto culturalmente, diferenciando-se dos demais grupos que existem em seu entorno, nisso é “evidente que alguns atributos são compartilhados por vários grupos, porém somente membros pertencentes a determinados grupos os empregam para se descrever” (Trinidad, 2011, p. 57-58) e é justamente isso que entendemos neste trabalho como relações étnico-raciais.

Ademais, como pondera Luvizotto (2009, p. 31) “A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade”. Assim sendo, a mesma é forjada como forma de apresentação de um grupo frente a outros, como forma de afirmar e reforçar seus traços culturais diferenciados e particulares, diante daqueles.

Neste sentido, acredito que o estudo que vos apresento sobre a comunidade quilombola de Carcará pode contribuir muito no entendimento das relações étnico-raciais, uma vez que a mesma se caracteriza como grupo diferenciado que mantém relações direta e indiretamente com diversas comunidades circunvizinhas.

Além disso, a sistematização científica da história de nosso povo, serve como uma importante ferramenta para compreendermos suas práticas e modos de organização social, política e culturais, dentre tantas outras informações relevantes, que podem nos orientar. No caso das comunidades remanescentes de quilombos, servem para reforçar que é possível a organização de sociedades alternativas, em contraponto ao modelo dominante.

Desse modo, realizar estudos sobre elas nos ajuda a compreender no presente, uma das primeiras e principais formas de resistência ao escravismo, gestada durante o período colonial brasileiro. Por isso, é de extrema importância, produzir trabalhos científicos sobre as comunidades quilombolas, a fim de compreendermos a importância que estas assumiram no passado e de como as populações quilombolas contemporâneas compreendem esta forma de organização no presente.

Então, enxergamos na referida comunidade uma referência importantíssima para a realização deste estudo histórico. Por ser um espaço ainda em processo de organização, visto que só recentemente teve seu título de autoatribuição emitido pela Fundação Cultural Palmares

- FCP, para ser mais exato no ano de 2013. Seu território ainda não foi regularizado, apesar de já está demarcado há cerca de quatro anos.

Desta maneira, gostaria de ressaltar que devido ao resistir das negras e dos negros os quilombos ou suas reminiscências chega-nos, em pleno século XXI, como sendo um exemplo importante de organização sociocultural que mais incomodam os grupos dominantes, por representar a luta organizada da população negra brasileira do pretérito e do presente, que nem toda a violência sofrida foi capaz de expurgar, como assim queriam seus algozes.

Enfim, que possamos nos animar cada vez mais em relatar as nossas experiências sociais, políticas e culturais, enquanto população negra brasileira possuidora de uma cultura e ciência riquíssima, que cotidianamente vem transpondo barreiras e atingindo mais pessoas interessadas em saber sobre a nossa trajetória, no Brasil e no mundo.

1.3.2 Levantamento da produção sobre quilombolas: Teses e dissertações no Banco de Dados da Capes*

Os dados apresentados na sequência são os resultados finais de um levantamento simples que realizei no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – [Capes] sobre a produção científica dispensada aos povos quilombolas até o ano 2018. O referente banco foi criado em março de 2001, "com objetivo de facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país" (CAPES, 2014).

Embora, o banco tenha sido fundado no ano de 2001, o mesmo também reuni produções anteriores a sua fundação. No caso, deste levantamento foram localizados trabalhos envolvendo os quilombolas, desde o ano 1993 até 2018. Como forma de facilitar o entendimento, os resultados encontrados foram sistematizados em tabelas e gráficos, que apresentaremos a seguir.

Aproveitando o ensejo, também fiz buscas referentes a outras cinco temáticas pertinentes, três delas envolvendo grupos marginalizados como as mulheres, indígenas e negros, no intuito de comparar a quantidade de produções concernentes a essas populações e

* Os resultados preliminares deste levantamento foram apresentados na XXI Semana de Iniciação Científica da Universidade Regional do Cariri - URCA, em 2018, com o título A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE QUILOMBOLAS: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS NO BANCO DE DADOS DA CAPES.

duas referentes a temas mais gerais, política e vida particular, os dados colhidos referentes a estes temas foram sistematizados na nota de rodapé⁴.

Então, os resultados que seguem foram levantados, como já citado, no Banco de Teses da Capes, em 03 de maio de 2018, por meio de uma busca simplificada das categorias supracitadas. O procedimento consistiu basicamente em digitar no campo de busca a palavra quilombolas, onde foram coletadas as informações referentes à quantidade e o nível da produção, se era mestrado ou doutorado.

Todos os trabalhos que foram localizados na averiguação independente da área do conhecimento e das classificações utilizadas pela Capes, dispusemos na tabela 1. Na sequência, utilizando o mesmo procedimento, depuramos somente os que competiam à área da historiografia, sendo os resultados obtidos sistematizados na tabela 2.

Tabela 1 — Quantidade geral de produções acadêmicas sobre quilombolas encontradas no levantamento realizado no Banco de Dados da Capes

Teses e dissertações sobre Quilombolas em todas as áreas acadêmicas			
Grau Acadêmico			
Doutorado	Mestrado	Mestrado Profissional	Profissionalizante
(253)	(767)	(42)	(11)
Total: 1073			

Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes. Maio de 2018 - Sistematização do autor.

Dos números apresentados na tabela 1, dentre todas as áreas que produziram trabalhos sobre os povos quilombolas, quem se destaca majoritariamente é a área da Educação, com 134 trabalhos, sendo 99 dissertações de mestrado, 29 teses de doutorado e 6 de mestrado profissional, dentre um total de 137 áreas do conhecimento localizadas. Ou seja, as elaborações no âmbito da educação representaram quase um por campo científico.

⁴ Os dados captados na busca foram sistematizados e dispostos respectivamente em dois caracteres, o primeiro contendo os números de todas as produções executadas em todas as áreas do conhecimento, destacadas pela Capes e o segundo contendo somente trabalhos referentes à historiografia. Então, no que diz respeito aos trabalhos sobre política, temos uma extensa produção de 80.974, sendo destes 4835 na área de história; referente aos indígenas 5.827 e 472; sobre a vida particular 138.926 e 3.953; mulheres 35.633 e 1.458 e por fim; negros com 3.620 e 318. Notemos que os estudos referentes à vida privada, ocupam um espaço bem significativo, seguida da política, em contraponto as populações historicamente excluídas e submetidas, como os negros, os indígenas e as mulheres, que nas últimas décadas, vem conquistando e lutando cada vez mais por seus direitos, continuam ainda sem muito espaço na academia, principalmente no que diz respeito à população negra. (Sistematização do autor).

Outro ponto importante a ser destacado neste levantamento sobre os quilombolas, é que existe uma excelente produção de cerca de mil e setenta e três trabalhos, em diferentes campos do saber, como ciências humanas e sociais, educação, ciências biológicas, dentre outras⁵.

A seguir apresentamos os números referentes somente à área de História, note que o campo de Educação, analisado acima, comparado aos dados que se seguem, representa quase o triplo do material científico produzido entre os anos de 1993 a 2018.

Tabela 2 — Quantidade de produções acadêmicas na área de História sobre quilombolas encontradas no levantamento realizado no Banco de Dados da Capes

Teses e dissertações sobre Quilombolas na área de História			
Grau Acadêmico			
Doutorado	Mestrado	Mestrado Profissional	Profissionalizante
(13)	(34)	(02)	(00)
Total: 49			

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES. Maio de 2018 - Sistematização do autor.

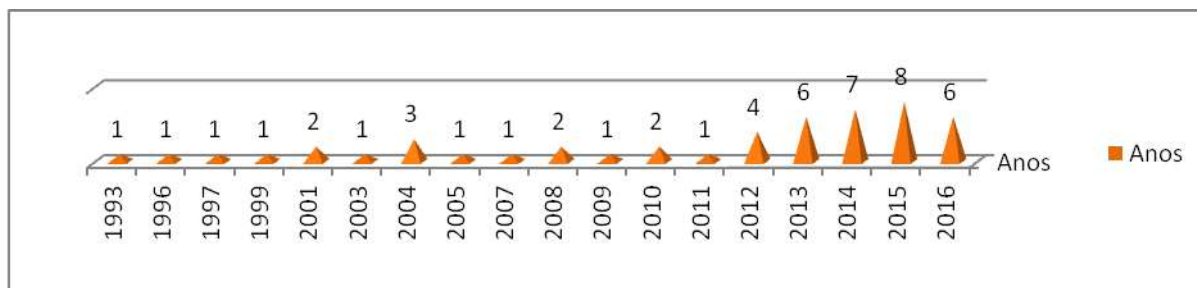
Como é perceptível, no que tange a área da historiografia, a produção é bastante reduzida, considerando toda a produção distribuída entre todas as áreas do conhecimento elencadas na busca, a mesma só representa 4,57 %, enquanto na educação é de 12,95 %.

Esses dados refletem o quão, o campo historiográfico está alheio, ao estudo de temáticas envolvendo, os povos quilombolas. Ademais, é importante termos em mente, que esses grupos são constituídos historicamente em períodos longínquos, do qual essa área se ocupa. Outro ponto interessante é que a maioria das produções remetem-se ao período que compreende a criação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades, sobretudo as cotas raciais, que permitiu o ingresso de um número maior de negros e de negras nas instituições de ensino superior, públicas e privadas de todo o país.

Veja o gráfico ilustrativo a seguir e note que a elevação no número de trabalhos ocorre justamente no ano em que é sancionada pelo governo federal a Lei nº 12.711/2012 que institui as cotas sociais e raciais para o ingresso de estudantes nas instituições públicas federais de ensino superior.

⁵ Em vez de citar todas as áreas do conhecimento, o autor, optou por citar somente a quantidade de 137 áreas do saber para enfatizar, que existe pelo menos um trabalho em cada uma delas.

Gráfico 1 — Dados referentes à produção acadêmica sobre Quilombolas, entre os anos 1993 a 2016.

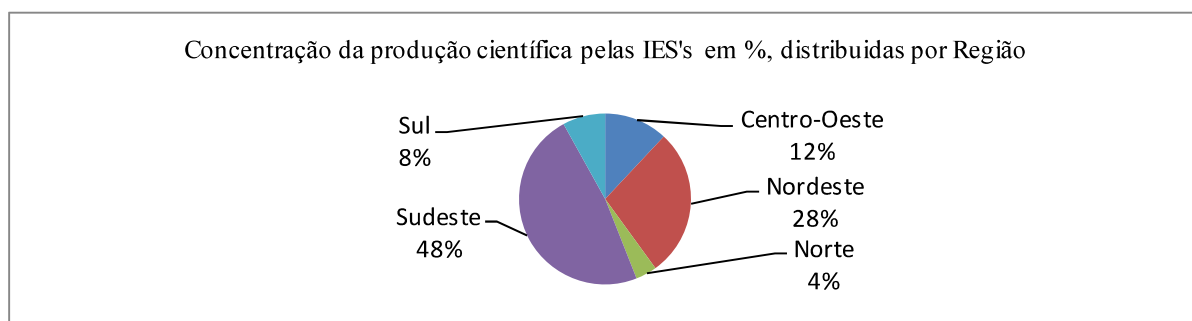


Fonte: Banco de Teses e dissertações da Capes, Maio de 2018. Sistematização do autor.

Outro aspecto interessante, diz respeito à concentração geográfica destas pesquisas, sobretudo na região sudeste do Brasil que representa 48%, quase a metade, em relação ao restante do país. Neste sentido, podemos perceber que há uma disparidade enorme na distribuição das Instituições de Ensino Superior - IES no território nacional. Acredito, que isto influir diretamente nestas discrepâncias.

Por exemplo, a região sudeste lidera o leque de produções, todavia, isto não significa que a mesma possua uma concentração maior de grupos remanescentes de quilombos, uma vez, que é no Nordeste, sobretudo nos estados da Bahia e do Maranhão onde existem as maiores concentrações quilombolas do país. Diante disso, pode ser que a variação no acervo tenha relação direta com a quantidade de IES espalhada em cada região. Enquanto, o Sudeste tem 28 ou 48% das produções noutro extremo temos a região Norte, com apenas 4%, equivalente a uma dissertação de mestrado.

Gráfico 2 — Dados da produção científica sobre quilombolas, distribuídas pelas IES, levando em consideração a Região, em que está instalada a Unidade Acadêmica.



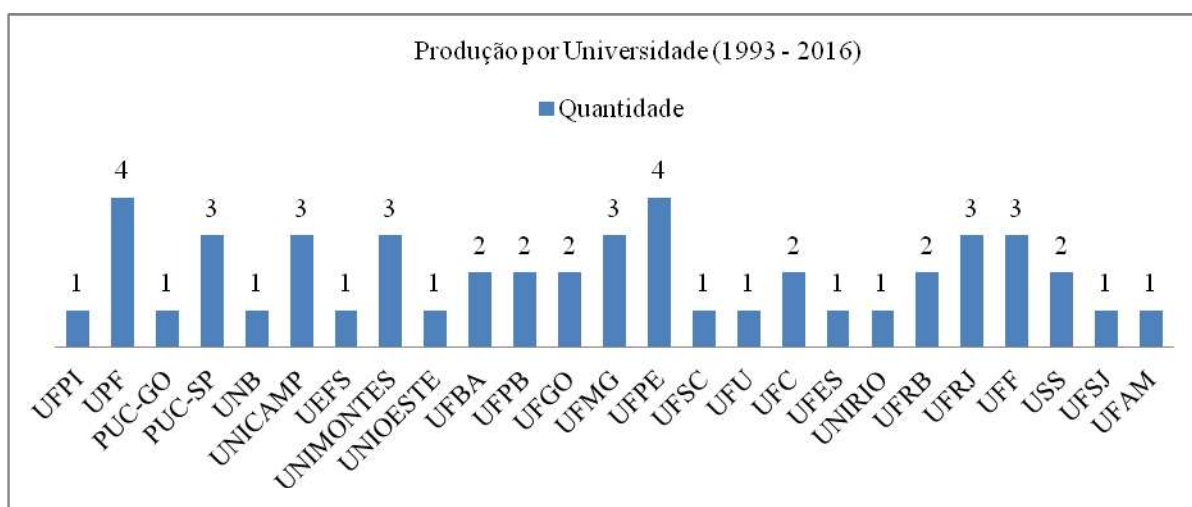
Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES. Maio de 2018 - Sistematização do autor.

Entretanto, as disparidades aqui suscitadas são só um demonstrativo da política de concentração de nossas IES, que conseqüentemente reflete na distribuição, de estudos

pertinentes a essas comunidades tradicionais. Visto que, quando comparamos a região Sudeste com o Nordeste, ainda temos uma disparidade enorme de 20%, ou seja, suas universidades só produziram entre os anos de 1993 a 2016, apenas 14 trabalhos na área da historiografia.

No gráfico seguinte, dispusemos todas as produções encontradas, entre teses e dissertações, distribuídas de acordo, com IES na qual foi realizada a pesquisa.

Gráfico 3 — Levantamento da produção científica envolvendo os povos quilombolas por Universidade.



Fonte: Banco de Teses e dissertações da Capes, Maio de 2018. Sistematização do autor.

Como podemos perceber no gráfico, das universidades do Nordeste que aparecem na lista, à única que se destaca com quatro trabalhos é a Universidade Federal de Pernambuco juntamente com a Universidade de Passo Fundo, em Minas Gerais, no Sudeste. As três IES da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, juntas somam cinco pesquisas.

Então, esse levantamento geral sobre as produções científicas envolvendo essa temática serviu para demonstrar um pouco, como tem sido de modo geral o interesse dispensado por pesquisadores/as aos povos remanescentes de quilombos. Ademais, também revela a importância de nós, população afro-brasileira de sistematizar a nossa história e dos nossos antepassados, como forma de preservar e também aprender as diversas táticas de enfrentamento e resistência desenvolvida por eles no transcurso histórico.

No que diz respeito à produção de estudos sobre a Comunidade Quilombola de Carcará, fiz uma busca simplificada na internet e na biblioteca da Universidade Regional do Cariri -

URCA, localizando seis trabalhos, sendo três artigos⁶, uma dissertação de mestrado em Educação⁷ e duas monografias, uma em Geografia e outra em Educação Física. Detalhe, todas as produções encontradas, nenhuma é na área de História, porém, ambas são de quatro áreas diferentes, geografia, direito, educação física e educação (pedagogia).

De todos os trabalhos catalogados o mais abrangente é a dissertação de mestrado em Educação de Ana Paula dos Santos (2018) que trata sobre a escola quilombola da comunidade e de outros aspectos histórico sociais de Carcará, por isso, recomendo a leitura, pois, tem discussões bastante interessantes, sobre a população negra brasileira e africana. Ademais, como nenhum dos trabalhos, encontrados eram na área de história, percebi que era importante situar historicamente o percurso social, político e cultural da comunidade.

Por fim, reforço mais uma vez “que o ato de se reconhecer como negro, num corpo social que respira preconceito, como o nosso, é um **ato político**” (Silva; Da Silva, 2015, p. 198. Grifo meu), logo vejo este estudo que me desafiei a construir, com essa mesma designação, pois, mesmo partindo de uma análise histórica, a escolha do objeto foi política.

1.4 Desenhando a pesquisa: Metodologia e escolhas teóricas

O pontapé inicial para a construção desse trabalho monográfico ocorreu na manhã do dia de 03 de maio de 2018 quando me reuni com a ativista negra e integrante do Grupo de Valorização Negra do Cariri - Grunec, Verônica das Neves Carvalho, para conversar um pouco sobre meu projeto de pesquisa e saber se o Grunec e a Cáritas Diocesana de Crato -CDC, organismos que atuam junto à comunidade, organizando e mobilizando seus moradores, dispunham de algum documento sobre a história de Carcará, que pudessem me auxiliar na primeira visita a campo.

⁶ Ana Paula dos Santos; Henrique Cunha Junior. A FORMAÇÃO DOCENTE QUILOMBOLA: AFRICANIZAÇÃO DO CURRÍCULO EM ESPAÇO ESCOLAR CARIRIENSE. In: ANAIS DO COLÓQUIO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES, 2017. Resumos... Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/coloquio/papers/a-formacao-docente-quilombola%3A-africanizacao-do-curriculo-em-espaco-escolar-caririense>> Acesso em: 07 set. 2018.

ALMEIDA, Jonas G. ARAÚJO, Carlos R. S. Estudo de Caso sobre a Comunidade Quilombola de Carcará, Potengi, Ceará, Brasil. IN: Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), 8, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SINGA, 2017, s/p. ISSN: 1980-4555.

SILVA, J. L. D. OLIVEIRA, P. R. F. A importância da cultura quilombola para o cariri no século XXI. Revista Direito & Dialogicidade - Crato, CE, vol.5, n. 1, jan./jun.. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/866/769>>. Acesso em: 6 set. 2018.

⁷ SANTOS, Ana Paula dos. Educação escolar quilombola no Cariri cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo/ Ana Paula dos Santos, 2018, 218 f.: Il. Color. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

Após alguns minutos de conversa em sua residência, ela convidou-me a acompanhá-la até a sede da Cáritas de Crato, para fornecer uma fotocópia da Certidão Autoatribuição da comunidade quilombola de Carcará, o único documento que dispunha. Aproveitando o ensejo repassou-me a cartilha do mapeamento, documento citado anteriormente e algumas fotografias registradas na comunidade durante uma atividade.

Esse diálogo inicial com Verônica foi bastante importante para delinear alguns elementos da pesquisa, como a escolha da metodologia e a elaboração das questões que comporiam o questionário para as entrevistas direcionadas, que foram realizadas durante as visitas de campos. Durante a primeira visita a campo conversei de modo informal com alguns moradores, a fim de enriquecer as indagações para o questionário final, aplicado na última ida à comunidade, no dia 18 de janeiro de 2020.

Na ocasião, de posse do questionário, que continha treze questões abertas envolvendo aspectos pessoais e coletivos, entrevistei cinco moradores/as, que foram selecionados/as tendo como referência as atividades que desenvolviam no seio comunitário. A saber, Sebastião Vieira da Silva, atual presidente da Associação de Moradores/as; Antônia Oliveira da Silva Carvalho, codinome Bizunga e José Mazinho Marçal de Carvalho, responsáveis pela organização do Grupo de Toré; Francisca Maria Rodrigues da Silva, lavradora aposentada e artesã; e, José Vieira da Silva, um dos moradores mais antigos do lugarejo.

Todas as entrevistas foram gravadas no gravador do aparelho celular e precedidas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que autoriza a utilização do material colhido na escrita desta monografia. Todas as gravações foram transcritas e alguns trechos foram utilizados na sistematização do capítulo III que trata especificamente dos elementos constituintes da comunidade quilombola de Carcará.

Ademais, quando nos desafiamos a trabalhar sobre um tema relacionado à população negra, e sabemos que em parte estamos trabalhando sobre nós mesmos, temos que ter bastante clareza, de que não faremos um excelente trabalho, se porventura, prescindirmos de intelectuais negros/as em benefício de autores brancos. Podemos até recorrer a eles, entretanto, é muito importante que façamos uso de nossa própria literatura.

Também gostaria de enfatizar que o processo de constituição desse trabalho iniciou-se ainda durante a elaboração do projeto de pesquisa, no qual tentei refletir ao máximo sobre a condição da população negra brasileira de modo geral, depois afunilando para as questões concernentes aos povos quilombolas. Neste sentido, realizei um levantamento sobre a produção científica, como já ressaltai expressamente precedentemente.

A partir daí comecei a debruçar-me sobre leituras bibliográficas que pudessem ajudar nas reflexões durante o trabalho de campo e na utilização da metodologia de História Oral derivou disso, uma vez, que boa parte das produções acadêmicas que encontrei faziam uso dela, devido à ausência de documentos escritos, a solução para concretizar a pesquisa, seria construir as fontes a partir dos testemunhos orais, por meio da realização de entrevistas.

Diante disso, como já estava bem avançado nas discussões teóricas sobre as comunidades quilombolas e os conceitos que iria abordar, resolvi iniciar o processo de escrita desta monografia pelo capítulo II onde discuto com diversos autores, em sua maioria afrodescendente, sobre as noções de quilombo histórico e quilombo enquanto projeto de sociedade. Também abordamos as temáticas de identidade étnico-racial e identidade quilombola.

Na sequência, estruturei o capítulo III no qual me debrucei sobre as informações captadas nas entrevistas que transcrevi com a ajuda de amigas e familiares. Após realizar a transcrição escutei novamente os áudios para corrigir os erros ou omissões, na sequência comecei a analisar o texto escrito, onde fui selecionando os trechos importantes que comporiam as discussões pautadas. Alguns trechos devido à utilização de muitas gírias ou repetitivas foram reescritas entre colchetes. Nas partes citadas zelamos ao máximo para manter um texto original de acordo com os termos proferidos e modos de falar de cada entrevistado/a.

A preservação de algumas gírias ou outros elementos não usuais na língua portuguesa devem ser compreendidos neste trabalho, não como uma forma de estigmatização, mas como elementos de enriquecimento do mesmo. Uma demonstração do quanto somos diversos nas formas de lidar com o idioma oficial, que muitas vezes criamos termos para explicitar nossa própria situação de sujeitos diferenciados uns dos outros.

Por último, construir o capítulo I que trata desta monografia de modo geral, desde a construção do projeto de pesquisa até a produção final monográfica. Porquanto, acredito que todas as escolhas, que fazemos ao longo de nossa vida são decisões políticas, optar por isso ou aquilo, faz parte desse processo de se afirmar, enquanto sujeito ou sujeita da ação política que envolve os diversos âmbitos societários e modelos organizativos, utilizados por grupos ou comunidades para a consumação de um propósito, seja ele individual ou coletivo.

É na dimensão do entendimento amplo de política que pleiteei este trabalho, realizado por um olhar distante da comunidade, mas próximo ao mesmo tempo, por ser negro e vivenciar no cotidiano algumas das tribulações corriqueiras destinadas a nós, gente de pele negra e de traços marcadamente negroides, independente do grau de melanina que contemos.

Em suma, da seleção do tema até a construção do projeto de investigação compreende um processo de escolhas e de renúncias. A inspiração para pesquisar sobre determinado assunto, não vem de um reflexo divino ou transcendental, pode até ser que isso venha a ocorrer, nunca sabemos. Todavia, acredito que a seleção de determinado objeto de estudo, parte, sobretudo, de nossas vivências, interesses e afinidades, e foi isso que fiz.

2 DISCUTINDO OS EIXOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

As nossas construções socioculturais são delineadas a partir do conjunto de pensamentos e reflexões aos quais temos acesso durante o nosso percurso de vida social, política e intelectual. Longe de ser só repetição daquilo que já foi mastigado e remóido por diversos estudiosos (as), aquilo que conseguimos extrair do que lemos é bastante importante para a formulação e orientação das nossas reflexões e conduta.

A leitura e a escrita que produzimos a partir das diversas pesquisas que acessamos, exige de nós o comprometimento de um uso reflexivo e, sobretudo ético e profissional. A discussão teórica que faço neste trabalho é parte de um processo de releitura e de uma abordagem comprometida com a causa de nós negros, sobretudo, na escolha das referências teóricas, em sua grande maioria de negros (as).

De acordo com o ativista negro e escritor Abdias Nascimento (1980) há uma necessidade explícita de forjarmos nossos especialistas em análises e teorias sobre a nossa literatura, pois “a raça negra no Brasil, assim como tem produzido tantos criadores, precisa contar também com seus próprios analistas e teóricos para elaborar o juízo crítico do acervo que os africanos nos deixaram” (Nascimento, p. 139).

Antes de tudo, gostaria de começar ressaltando tão importante reflexão feita por Nascimento (1980) acerca de nós, população negra brasileira. “O negro está longe de ser um arrivista ou corpo estranho: ele é o próprio corpo e alma deste país”. (Nascimento, 1980, p. 253). Frente a todo o processo de subjugação, violência e exploração da população negra, seja no Brasil ou em qualquer outro país onde tenha havido escravidão, houve resistência (Reis; Gomes, 1996).

A resistência que evoco envolve diferentes sentidos, desde a mais explícita até a menos implícita, quase imperceptível para alguns. Certa vez, ouvi ecoar da boca de um militante negro de que não gostava de utilizar a palavra resistência, pois no seu entender ela remete a algo que está esperando uma força agir sobre ela, para poder resistir, ou seja, uma ação e no contraponto a reação. Desde então tenho refletido sobre isto, e nisso entendo por resistência neste trabalho à ação de agir, independente de uma força propulsora. A reação impetrada por negros (as) contra sua escravização como parte de um processo mais amplo e dinâmico de mobilização e luta. Nisso o resistir aqui se manifesta em qualquer prática transgressora ao estabelecido.

É por falar de resistência e de formas de agir, que vamos, nos construindo e se reconstruindo a cada dia, demonstrando que é possível resistir e lutar em cada gesto ou atitude que rompa padrões de dominação de um povo sobre outro, ou de grupos. Nisso, concordo

veementemente com o que escreve o historiador Flávio dos Santos Gomes (1997) sobre as práticas de relutância de negras e de negros no decorrer da sua história em solo sul-americano:

A ideia de resistência ganha novas dimensões também a partir das lutas cotidianas. Não como categoria abstrata, ela encontra-se como produto e produtora de permanentes redefinições das políticas de domínio senhoriais e as percepções escravas. Seus significados se encontram nas transformações históricas das experiências concretas de luta, seja através do enfrentamento aberto contra os senhores, como as insurreições, seja através da formação de comunidades de fugitivos, como os quilombos ou de outras inúmeras formas de protesto escravo (Gomes, 1997, p. 12-13).

Enquanto projeto de sociedade, cada um obedecendo a seu espaço e tempo histórico, tanto o quilombo histórico, mais adiante definiremos este conceito, quanto à concepção contemporânea dele, no momento estão imersos a um emaranhado de discussões e reflexões. Pois, para além de todas as questões envolvendo a resistência, existem outras tantas, como o protagonismo na corrosão do sistema escravista, o desenvolvimento de um campesinato exclusivamente negro, que contribuiu na formação de uma pequena base econômica, centrada na produção agrícola e na comercialização do excedente entre quilombolas, escravizados, senhores de engenhos e moradores de cidades ou vilarejos próximos às áreas cultivadas, dentre outras formas que foram negadas e excluídas dos relatos históricos, mas que agora estão sendo revisitadas.

Neste trabalho, a fim de explicar essas novas roupagens do conceito de quilombo, utilizo das reflexões de Abdias Nascimento (1980) que defende a urgência de nos organizarmos em torno de um movimento mais amplo, que denomina de “quilombismo”, Clóvis Moura (1992) que também aborda o tema como movimento que atravessou todo o período escravocrata no Brasil, intitulado de “Quilombagem”, Kabengele Munanga (1995/96) que é um dos principais autores na discussão sobre a população afrodescendente no Brasil, e por fim as reflexões de Beatriz Nascimento (década de 1970 a meados de 1990) reunidas na segunda parte do livro “Eu sou atlântica” idealizado pelo antropólogo e geógrafo brasileiro Alex Ratts (2006). Sua defesa de quilombo como sendo uma continuidade histórica, é bastante pertinente, tendo em vista a dimensão que este assumiu em seu processo histórico.

Estas perspectivas colocadas em torno do quilombo são bastante válidas no sentido da desconstrução histórica, da carga negativa impetrada a eles, como sendo redutos isolados e fechado em torno de si. Colocá-los como um movimento que perpassa a estrutura política-organizativa da sociedade colonial, imperial e republicana é bastante inovador no que tange a

abrangência do termo e do conceito, englobando tudo o que é de manifestação negra, seja cultural, política ou religiosa na sociedade brasileira.

2.1 Do quilombo histórico ao quilombo enquanto projeto político dos movimentos negros

E nosso movimento no tempo continua a fluir, o que era ontem, não necessariamente será igual ao amanhã, é esse processo constante de mudanças, que nos provoca, excita e nos renova. Fico imaginando, se nada mudasse e continuássemos estáticos no tempo e no espaço, pelos menos para mim, que sinto um desejo enorme de continuar no balanço da história, tentando entender seus conceitos, caminhos e reflexões, seria horrível e estressante, pois é nas mudanças que proporcionamos uma reconstrução diária de nós mesmos.

Ao fazermos esse exercício, acredito que estamos preparados para nos abrir para o novo, e deixar de lado nossos preconceitos e tentar compreender as ações do outro, em seu contexto histórico, entendido como espaço e tempo. O mesmo acontece quando empreendemos discutir e tecer considerações sobre movimentos, que se forjaram em um tempo remoto e que diante dos diversos processos que enfrentaram, chegam até a contemporaneidade com diferentes facetas e como símbolo de uma luta que ainda não cessou.

Por isso, continuamos a refletir e a buscar respostas para nossas inquietações, entendendo que o fenômeno não é novo, e nisso teremos que percorrer as veredas da história, a fim de conseguir pelo menos uma compreensão básica do que seja o quilombo, no pretérito e no presente. Enfim, partindo destas premissas iniciais tentarei esboçar uma discussão sobre o quilombo histórico, ou seja, as motivações e as diversas formas que culminaram em sua disseminação, por onde quer que tenha havido escravização de corpos negros, suas nuances e estratégias, frente a um sistema escravista, colonial e metropolitano.

Diante disso, utilizarei como referência as discussões proporcionadas por Flávio dos Santos Gomes (1997) na sua tese de doutoramento “A Hidra e os pântanos: Quilombos e mocambos no Brasil (Sécs. XVII - XIX)”, pois estas são bastante elucidativas e renovadoras, no que tange as abordagens sobre os quilombos e de como eles dinamizaram a estrutura escravista do período colonial.

A principal defesa que ele faz quanto aos quilombos é de que eles nunca foram organismos inanimados, como sugerem algumas abordagens científicas. Sua escrita, longe de ser uma romantização destes redutos, está inscrita em novas formas de observação e estudo das

fontes, refazendo uma leitura bastante incisiva destas, e colocando os sujeitos que protagonizavam e resistiam nos quilombos no “motor da história⁸” como agentes políticos e sociais, que modificaram a estrutura social e política da sociedade escravagista e, por esta também foram condicionados.

Instigado pela nova abordagem de uma “história vista de baixo⁹”, a partir das ideias de E. P. Thompson, Gomes (1997) construirá um texto bastante rico em argumentos e reflexões, sem se deixar rumar pelas veredas da parcialidade, que de um lado defende a não atuação ou passividade dos negros e das negras frente ao escravismo – de modo geral – e de outro, as abordagens que privilegiam o quilombo como uma estrutura a parte, como quase uma utopia buscada pelos escravizados fora do escravismo. Como se estas duas estruturas não coexistissem paralelamente, uma condicionando a outra.

Longe, de enveredar por essa dualidade, Gomes (1997) alinha sua discussão trazendo os quilombos para dentro da estrutura colonial, tentando demonstrar o quanto os primeiros influenciavam na dinâmica política e social da segunda, e também por ela, era condicionado. Ou seja, de acordo com ele, independente da região onde se formaram e das práticas que desenvolveram, os quilombos “modificariam e seriam modificados pelos cenários sociais, econômicos, demográficos e culturais nestas variadas regiões”. (Gomes, 1997, p. 523).

Então, desde já é importante atentar-se à dimensão política, social e cultural que os quilombos assumem dentro da estrutura escravista, eles jamais foram um apetrecho ou instituição inanimada, como querem algumas abordagens historiográficas. De acordo com Gomes (1997) existiam diversas formas de protesto proteladas pelos negros, livres ou escravizados, e todos tiveram um papel importante no processo de corrosão do sistema escravista, portanto é imprescindível rompermos com visões historiográficas que insistem em defender que os quilombos não ameaçavam a estrutura escravocrata.

Seja nos recôncavos junto a engenhos, engenhocas e fabricas de alimentos, seja em montanhas que cercavam terras auríferas, seja em campos de pastagens em meio aos sertões, passando por serras, planícies e planaltos, seja avançando fronteiras de um

⁸ Frase cunhada por Karl Marx, para tratar sobre a luta de classes, como uma propulsora da História. Na passagem acima, ela assume um caráter de afirmação quanto à luta dos quilombolas durante o período escravocrata brasileiro, que jamais se curvaram completamente a escravização de seus corpos, e que por isso, é importante colocarmos essas lutas, como principais propulsoras da corrosão da estrutura escravista no Brasil.

⁹ **História vista de baixo** é uma corrente historiográfica oriunda da Inglaterra, tendo como expoentes historiadores como E. P. Thompson, Christopher Hill, Natalie Zemon Davis. A história vista de baixo consiste na corrente teórica de historiadores que procura produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens considerados comuns até então, mas que foram tão sujeitos do processo histórico estudado quanto, políticos e líderes militares, que habitualmente protagonizam o estudo da história.

História vista de baixo. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_vista_de_baixo>. Acesso em 01 de novembro de 2019.

lado para outro, muitas das quais internacionais, quilombolas e fugitivos inventaram caminhos, readaptaram suas estratégias a cenários diferentes e mesmo montaram aqueles próprios para seus mocambos. Esta tradição rebelde no Brasil Colonial se constituiu numa longa, difícil e interminável aventura em busca da liberdade (Gomes, 1997, p. 3).

O reconstruir-se é um dos principais aspectos que rodeiam a vida nos quilombos, a limitação e a perseguição impostas pelos escravistas, e legitimada pelo Estado, age como fio condutor de uma necessidade de reinventar-se e procurar novos campos, bolando estratégias e táticas de sobrevivência independente do espaço ocupado, como também de manutenção da liberdade, nem que esta fosse negociada, ou como na maioria das vezes conquistada.

Neste sentido, Clóvis Moura (1992) ressignifica todos esses movimentos que se dão dentro da estrutura escravista eminentemente protagonizado por negros, como um movimento de quilombagem que permeará todo o período escravocrata, nas suas palavras:

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. De um lado os escravos rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia (Moura, 1992, p. 22).

O confronto entre esses dois grupos, se daria de forma violenta, uma vez que os escravizados para exercer sua rebeldia frente às coações dos senhores e do aparelho de repressão, precisariam revidar, para afirmar as bases de resistência e rebeldia do movimento quilombagem, como também revelar por meio desta, “a manifestação mais importante, que expressava a contradição fundamental do regime escravista”. (Ibidem, p. 23). Ou seja, sua violência.

Diante disso, na acepção de Moura (1992, p. 23) entendia-se “por quilombagem uma constelação de movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia”. Neste sentido, o quilombo era por excelência o local onde a liberdade poderia ser exercida com vigor.

O ser livre significa antes de tudo, a nossa própria existência enquanto seres humanos, mesmo que estejamos sequestrados pelo Estado e tenhamos nossa própria humanidade descartada, almejamos liberdade, e faremos de tudo para tê-la, nem que seja por um instante, é esse pulsar firme e, sobretudo revolucionário que melhor caracteriza o quilombo.

A nossa própria expiração para lutar por melhores condições de vida é fortificada e ganha contornos e sentidos mais amplos, quando revisitamos o nosso passado histórico e

desmistificamos a luta de nossos ancestrais e a importância que elas assumiram naquele momento e posteriormente, para delinear em partes, o que somos no presente. Não que esteja aqui afirmando que tudo que aconteceu em um determinado período histórico predeterminará nosso presente e futuro, senão como uma referência importante para a construção de nossa própria identidade, mas também da recusa em aceitar que situações de subalternação e desumanização do outro, venha a compô-la.

Diante disso, a recuperação e a revisão histórica da literatura sobre o Quilombo de Palmares têm contribuído em reflexões mais concisas, longe de ‘romantizações’ e de negações, que acabam por camuflar toda a dimensão política, social e cultural que ele teve. Ademais, também tem servido para nos orientar e nos provocar, sobre o fenômeno ocorrido. De acordo com Gomes (1997, p. 8) essa revisitação à história de Palmares, agradou, principalmente, os intelectuais de esquerda, sobretudo a militância do movimento negro que vê este como um símbolo de resistência, que continua a povoar e a instigar diversas gerações a lutarem, pois “de completamente esquecido pela historiografia mais conservadora passava ele a ser o maior símbolo da luta (quicá a primeira) contra a opressão no Brasil desde o período colonial”.

E isso, não se processa somente na contemporaneidade, é possível perceber que o Quilombo dos Palmares, influenciou na mobilização e fuga de diversos escravizados do cativeiro durante todo o período colonial e imperial, após a abolição da escravatura em 1888, continuou sendo uma das principais referências para a população negra, tanto no que diz respeito à organização sócio-político-cultural quanto na luta pela garantia de direitos.

Para podermos captar toda a noção do que aqui estamos entendendo como Quilombo Histórico, faz-se necessário o entendimento do que significa o termo quilombo, como também suas origens. Para o antropólogo Kanbegele Munanga (1995/96, p. 58) o termo “quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu¹⁰ (*kilombo*, aportuguesado: quilombo)”. Ou seja, é no continente africano que encontramos a base ou uma conceituação mais precisa desta forma de organização, que foi disseminada por todo e qualquer lugar, que tenha tido a presença de negros (as) africanos (as) escravizados (as).

Nesta perspectiva, Munanga (1995/96, p. 63) faz um recorte bastante interessante sobre o que seria o quilombo africano e das influências que teve:

¹⁰ Com efeito, Bantu, que hoje designa uma área geográfica contígua e um complexo cultural específico dentro da África negra, é uma palavra herdada dos estudos linguísticos ocidentais. Os estudiosos das línguas faladas no continente africano (Guthrie, Greenberg, etc.), ao fazer estudos comparativos dessas línguas, a partir do modelo das línguas indo-européias, chegaram a classificá-las em algumas famílias principais, entre as quais a família das línguas bantu. MUNANGA, Kanbegele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP, São Paulo (28): 56-63, Dezembro/Fevereiro 95/96.

Sociedade guerreira, o quilombo forneceu ao exército de Kinguli original duas coisas que lhe faltavam: uma estrutura firme capaz de reunir grande número de estranhos desvinculados de suas linhagens vencidas e uma disciplina militar capaz de derrotar os grandes reinos que bloqueavam sua progressão ao norte e ao oeste de Kwanza. A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como coguerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc.

O que podemos perceber no fragmento acima, é que existe uma diferença entre a noção de quilombo em África e no Brasil. Pois, lá ele se remetia a uma organização de cunho militar, já aqui, por mais que existisse toda uma estratégia de resistência militar, o quilombo se direcionava mais como um lugar de reconstrução da vida e de afirmação das práticas culturais e de liberdade, do que necessariamente uma organização que pretendia guerrear contra o sistema escravista, apesar dos diversos embates ocorridos.

Outro aspecto interessante apontado por Munanga (1995/96, p. 63) é a concomitância do surgimento do quilombo, tanto em África quanto no Brasil, no mesmo período, “coincidentemente, a formação da instituição *kilombo* no continente africano, especificamente na área cultural bantu, aconteceu também nos séculos XVI e XVII”. Como estrutura centralizada, o quilombo africano é rigidamente submetido a uma intransigente disciplina militar, sob a liderança de um guerreiro.

No Brasil, ao contrário da instituição quilombo africano, os quilombos não se caracterizaram como estruturas meramente militar e nem tão pouco, formado somente por homens. Como também não eram organismos fechados, uma vez que existia uma diversidade de povos, desde africanos e seus descendentes até indígenas e brancos, necessariamente isso não quer dizer que não tenha havido conflitos raciais entre eles, mas o fato é que existia uma diversidade tanto em organização quanto em grupos étnico-raciais, mas sempre com predominância de população negra.

Para Gomes (1997, p. 11) será “através das complexas experiências históricas dos quilombolas que se percebe, para além da resistência e dos variados aspectos das suas vidas sociais, econômicas e culturais, as transformações nas relações entre senhores e escravos”. Pois, “ao contrário do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente”.

Discorrendo sobre as diversas formas de resistência, utilizadas pelos escravizados e da ressignificação da liberdade nesses processos, Gomes (1997, p. 12) pontua que tudo isso serviu

para que eles reelaborassem, reorganizassem e transformassem suas realidades, dentro de um universo de violência e coações em que viviam.

Contudo, segundo Gomes (1997, p. 720) umas das principais características dos quilombos no Brasil foi a sua capacidade de articulação com diversos setores da sociedade escravista, num processo de constantes contatos, que modificava as suas realidades e a dos próprios escravistas, uma vez que estas implicavam trocas, negociações e acordos, firmados entre ambas as partes.

A complexidade de relações que se deram entre quilombos e a sociedade escravista, longe de serem uma relação de “caça e caçador” estas foram moldadas aos jogos de negociação. Para Gomes (1997, p. 39) estes “fizeram, desfizeram e refizeram alianças circunstanciais com vários outros setores sociais da sociedade escravista”.

Outro aspecto interessante dessas negociações, que também envolviam revoltas e rebeliões de escravos é que nem todas visavam a fuga, destruição do sistema vigente ou formação de quilombos. Cada uma destas tinha seus objetivos e muitas vezes estes não passavam de arrancar por meio da pressão benesses ou concessões dos senhores de escravos. Comentando sobre isso Gomes (1997, p. 13) destaca que:

Em diversos contextos, escravos planejaram revoltas, para expulsar senhores de suas fazendas, povoados e vilas. Houve casos, porém que visavam arrancar concessões. Podiam reivindicar de seus senhores, por exemplo, a manutenção dos seus dias de descanso. Também escravos se aquilombaram, com a intenção de formar comunidades de camponeses independentes - como o foram, por exemplo, os mocambos de Palmares, nos séculos XVI e XVII.

O fragmento acima é bastante esclarecedor e elucidativo sobre as diversas formas e ocasiões em que os escravizados protelaram seus modos de resistir e agir. É importante perceber também que nessas revoltas, tinha-se a intenção de reivindicar um espaço para produção e isso, será um dos pilares de sustentação dos quilombos. Gomes (1997, p. 16) argumenta que “em muitas áreas e contextos houve uma paulatina integração socioeconômica, envolvendo as práticas camponesas dos quilombolas com a economia própria dos escravos nas parcelas de terras e tempo a eles destinados por seus senhores”.

Diante disso, Gomes (1997) defende que o pequeno comércio que se forjou a partir da produção dos quilombolas e dos escravizados, que tinha a acesso a pequenas áreas para produzirem em seu proveito, e as trocas daí originadas entre os primeiros e os segundos contribuiu de forma incisiva para o surgimento de uma economia camponesa, pois:

Com a suas devidas características sócio-demográficas, as atividades econômicas autônomas dos cativos - através do cultivo de pequenas roças e o acesso ao comércio informal - originaram a formação de uma economia camponesa. Era um campesinato predominantemente negro, formado ainda sob a escravidão, compartilhado por libertos, escravos, taberneiros, lavradores, vendeiros, e principalmente quilombolas (Gomes, 1997, p. 16).

A complexidade e a dimensão que este sistema de produção e comercialização essencialmente negro conquistou foi bastante importante, pois forneceu as bases para uma estrutura mais firme e organizativa dos quilombos, ao passo que muitos “acabaram quase sendo reconhecidos como camponeses”. (Gomes, 1997, p. 16).

Essas reelaborações que se faziam dentro da estrutura escravista, permite-nos refletir como se dava as diferentes relações que se estabeleciam, entre senhores de escravos e quilombolas, como também entre quilombolas e os que continuavam escravizados. Gomes (1997, p.17) argumenta que:

A luta pela manutenção das formas organizativas dos quilombos frente às tentativas de reescravização, acabava tendo uma lógica própria para os quilombolas ao mesmo tempo em que a resistência em torno da preservação de margens de autonomia conquistadas frente às investidas senhoriais a tinha para os que continuavam cativos.

A passagem acima abre margem para diversas reflexões e questionamentos, sobretudo no que diz respeito aos que continuavam cativos, será que enxergavam com bons olhos a relação entre senhores e quilombolas, ou desconfiavam veemente dela? Ou preferiam continuar sob a tutela do senhor, mesmo o quilombo demonstrando ser melhor? Medo de fugirem e serem recapturados e violentados? Estas são questões pertinentes para se pensar, sobre tais relações envolvendo senhores, quilombolas e escravizados, uma vez que não podemos colocá-las como essencialmente harmoniosas.

Desse modo, para rumar as reflexões finais sobre a discussão envolvendo quilombos na perspectiva histórica, gostaria de recorrer mais uma vez a Flávio Gomes (1997), pois ele faz uma síntese importante, sobre as diversas formas de aquilombamentos que se deram durante o período escravocrata, e tudo isso remete a discussão de quilombo histórico, mas também as novas formas que se processariam após este período escravista, sobretudo no Brasil República, onde a dimensão e compreensão de quilombo serão abrandadas, como também um fim a ser buscado para a superação do racismo na sociedade brasileira.

O protesto social dos escravos sob a forma de aquilombamentos teve vários significados. Coexistiam diversas formas de quilombos: havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas a economia local; existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto

reivindicatório dos escravos para com seus senhores; e havia os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a *razias* e assaltos às fazendas e povoados próximos. Estas formas de aquilombamentos possuíam vários significados tanto para os quilombolas e para aqueles que permaneciam cativos, como para os senhores e autoridades (Gomes, 1997, p. 18. Grifo do autor).

Portanto, o repertório de lutas até aqui expostos, creio que já tenha sido suficiente para demonstrar o quanto os quilombos foram e continuam sendo importantes para se pensar nas primeiras formas de organizações, verdadeiramente políticas que não só assistiram a barbárie, mas que dela se esquivaram quando puderam e tiraram proveito, utilizando-se de diferentes táticas e estratégias.

Assim, fazendo jus à perspectiva metafórica desenvolvida por Gomes (1997) em torno da Hidra e da dificuldade de exterminá-la, uma vez que ao passo que uma cabeça era decepada, mais duas cresciam no local, sendo que a diferença entre esta e os quilombos, é que “enquanto que a Hidra de Lerna precisou de um pântano mefítico para sobreviver, os quilombos também formaram pântanos que nada mais foram do que o cenário das suas histórias”. (Gomes, 1997, p. 28).

Por fim, gostaria de ressaltar que é inegável a contribuição dos quilombos no processo de corrosão e aniquilamento do sistema escravista, se estes não foram capazes de destruí-lo por completo, pelo menos em certa medida, balançaram diversas vezes sua estrutura, por meio de diversas formas, que no decorrer do texto estão explícitas. Então recorrendo mais uma vez a genial metáfora utilizada por Flávio Gomes (1997) finalizo, com este excelente fragmento de seus escritos:

Para além dos "desvãos da história" os quilombos no Brasil representaram uma longa e permanente história de liberdade. [...] as lutas dos quilombos e outras tantas não terminaram. Ainda existem cabeças das hidras. Os pântanos ainda não ficaram secos (Gomes, 1997, p. 724).

A hidra continua viva, mesmo sofrendo todo tipo de repressão, violência, perseguição e sendo jogada no fosso do esquecimento, continua viva mais do que nunca, e agora exige garantias de direitos e reparação histórica do Estado brasileiro.

2.2 Quilombo enquanto projeto de sociedade

Surgidos da necessidade e da luta ferrenha contra o sistema de dominação escravista, os quilombos representam entre as diversas formas de resistência levada a cabo pelos negros (as)

africanos (as) uma das experiências mais revolucionárias que o Brasil pôde experimentar durante os seus 500 anos de história. Frutos de uma realidade cruel de exploração e, sobretudo, de violência e predestinação dos códigos de controle e vigilância do Estado e dos senhores de engenhos.

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente (Nascimento, 1980, p. 255).

No fragmento precedente, Abdias do Nascimento, já traz um pouco de suas reflexões acerca dos quilombos, passando de uma noção de espaço de refúgio e de liberdade para uma perspectiva mais abrangente, enquanto movimento que incita a fuga e a rebeldia e, sobretudo, a organização dos negros escravizados, no período colonial e imperial e, posteriormente na república por meio da luta por direitos e reconhecimento do Estado brasileiro, da estrutura racista, que relega a população negra os piores postos de trabalho e o acesso a bens públicos e privados, já revela a suas pretensões na defesa do movimento quilombista.

Discorrendo sobre como se estrutura e se define o Quilombismo, Abdias do Nascimento (1980) enfatiza duas coisas importantes, a primeira relacionada a noção de quilombo ilegal e a segunda, o seu inverso, o tolerado pela sociedade dominante, ambos têm um papel estratégico na luta contra o sistema de dominação vigente:

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, há um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 255).

Essa definição de quilombismo é bastante interessante, pois nela está imersa todas as práticas que a população negra desenvolveu, como tática e estratégia, diante do cerceamento vigilante da estrutura racista, que o escravismo nos relegou. Além de ser um conceito amplo

que mobiliza diversos setores da sociedade, sejam eles políticos, culturais ou sociais, conclamando a nossa organização e mobilização para superação do próprio racismo pungente em nossa sociedade.

Outra intelectual negra, que teceu reflexões importantes sobre os quilombos foi a historiadora, ativista negra e professora Maria Beatriz Nascimento (1942 – 1995), tanto em seus textos quanto nas palestras que proferia, fazia uma defesa enfática sobre o quilombo, como sendo uma continuidade histórica, sem deixar de ressaltar a importância que ele ocupa na organização da sociedade brasileira desde seus primórdios, na resistência frente ao poder dominante do escravismo e na luta pela garantia de direitos na contemporaneidade.

A preocupação dela, tal qual a de Abdias do Nascimento girava em torno de uma maior perpetuação de produção de pesquisas por negras (os), pois, entendia que “é tempo de falarmos de nós mesmos não como “contribuintes” nem como vítimas de uma formação histórico social, mas como participantes desta formação (Nascimento, *apud* Ratts, 2006, p.101)”.

Portanto, esse falar de nós mesmos passa pelo nosso próprio reconhecimento do que é ser negro (a), repensando nossas atitudes frente ao que nos é atribuído como sendo característica ou atributo nosso, mas que na verdade é imposto pelo dominador. Então, Beatriz Nascimento pondera que:

Ser negro é enfrentar uma história de quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, a “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro e assim adotá-los como seus (Nascimento, *apud* Ratts, 2006, p. 99).

Isso reflete, sobre a questão da identidade ou do identificável, infelizmente o nosso reconhecimento, enquanto negros (as) é tão difícil quanto constrangedor, pois depois de tantos anos de debates fervorosos, a gente ainda continua sendo retratado ou associado tanto na escola quanto na universidade, ao negro escravizado, na verdade estigmatizado. É como se nossa imagem, não pudesse ser deslocada para outros aspectos positivos, como o das formas de organização política, cultural e intelectual, que se deram, nos diversos momentos de nosso percurso histórico nos continentes em que pisamos, durante a diáspora africana e posteriormente.

Quanto ao quilombo, Nascimento (*apud* Ratts, 2006, p. 125) defende que ele ocupa um papel central nesse processo de autoafirmação de identidade negra, pois:

[...] o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural.

É nesse processo de ressignificação de quilombo que se encontram as pretensões de Beatriz Nascimento de colocá-lo como sendo uma continuidade histórica, assim contribuindo incisivamente na nossa autoafirmação de povo negro. Nisso, entendendo que os quilombos não eram somente locais de sobrevivência ou resistência cultural, apesar de utilizarmos por vezes como referência científica dessa forma, mas como espaços de muitas possibilidades. (Nascimento, *apud* Ratts, 2006).

Assim sendo, em seus estudos ela sempre procura firmá-los como sendo uma continuidade histórica, se referindo a esta como um sonho. Pois, a mesma compreende que “cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los”. (Nascimento, *apud* Ratts, 2006, p. 109).

Mesmo que de outras formas e com objetivos diversos, estes continuam sendo o lugar por excelência da transformação social, uma vez que organiza a luta por melhores condições de vida, moradia, emprego, salários da população negra e pobre, que desde o princípio tiveram seus direitos mais básicos usurpados, por uma estrutura baseada no supremacismo da população branca, de descendência europeia em detrimento da negra, de ascendência africana.

Portanto, falar em continuidade histórica dos quilombos é reafirmar que os problemas gestados durante o período escravocrata no Brasil ainda não foram solucionados, exigindo de nós povo preto brasileiro, uma postura cada vez mais combativa e contrastiva dos discursos e atitudes que nos subalterniza e nos exclui, potencializando cada vez mais as lutas em torno da superação do racismo e das desigualdades de oportunidades entre os brancos e a população negra e indígena brasileira.

Neste sentido, Clóvis Moura (1992) no livro “*História do Negro Brasileiro*”¹¹ tratando sobre a trajetória da população negra no Brasil e as diversas formas de ações desenvolvidas por esta, parte por um caminho interessante, deslocando a sua análise histórica da ambiguidade, oprimidos *versus* opressores, criando novas possibilidades de abordagem, colocando os (as) negros (as), como sujeitos e sujeitas de ação política, que mesmo diante de sua desumanização

¹¹ MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

buscaram formas de reagir e resistir ante as atrocidades cometidas pelas classes dominantes, a época do Brasil colônia e do período imperial e, posteriormente.

Nisso, ao longo do texto ele vai citando os diversos confrontos ocorridos, sobretudo durante o período colonial e as diversas formas que os negros foram desenvolvendo frente ao sistema escravista, mobilizando, organizando e promovendo fugas. Tudo isso, reflete a importância política e social desses sujeitos, que nem de longe foram tão passivos, como a historiografia tradicional tenta pregar, colocando-os sempre numa posição de submissão e passividade.

A escrita de Moura (1992) está sempre fazendo referência a essas ações políticas e sociais, como também reforçando o papel desempenhado pelos negros e as negras no processo de ocupação e povoamento do território brasileiro, como também no desenvolvimento de novas técnicas de trabalho. Ademais, desmistificando toda a carga negativa imputada a estes, e da não reação deles frente à barbárie sofrida.

Boa parte da discussão que Moura (1992) desenvolve no decorrer do livro, está alicerçada na resistência e nas formas de organização, burla e desestabilização da instituição escravista, sobretudo na mobilização de diversas revoltas, algumas sufragadas antes de sua consumação e outras que resistiram à força repressiva do Estado, por dias, meses e até anos. Aliás, todo o período em que ele trabalha é marcado por conflitos, uns de magnitude mais ampla e outros de menor intensidade e visibilidade. Ele também pondera que em alguns desses conflitos a população negra foi utilizada somente como massa de manobra, para atender aos anseios da classe dominante.

Outro ponto destacado por Moura é sobre a busca constante da população negra pela transformação social de sua realidade, frente a um poder escravista que lhes negará até sua própria humanidade, os tratando como animais semoventes, que podiam ser vendidos, violentados e até mesmo mortos. Porém, isso não os intimidava e a prova disso será as diversas formas de organizações surgidas à época do período escravista, assentada, sobretudo, nos quilombos.

A busca pela cidadania pós-abolição, também tem um destaque importante nas considerações de Moura (1992), sobretudo no século XX com a criação de organizações que buscam pressionar e mobilizar a opinião pública sobre a importância dos negros e das negras no processo de construção da nação brasileira, nisso são criados diversos jornais, clubes e frentes de lutas, que visavam à atuação e o engajamento desta população na luta por seus direitos. Nas palavras de Moura (1992, p. 78) significava “Uma verdadeira teia nacional desses

grupos mantém o negro unido e cria condições para a preservação da sua memória afro-brasileira”.

Esse percurso traçado por Moura (1992) é bastante importante para compreendermos o que Beatriz Nascimento (*apud* Ratts, 2006) está caracterizando como sendo continuidade histórica do quilombo, não como uma experiência finalizada, quando da abolição formal do escravismo, mas como algo que continuou metamorfoseado, agora em diferentes modos de organização e de reivindicações, que garantam de fato à redenção da população negra, como o acesso a terra, a educação, a saúde, a trabalho digno, dentre outros direitos mais básicos.

Para concluir, enfatizamos que a continuidade histórica dos quilombos, se materializa cotidianamente nas diversas formas de manifestação e luta contra o racismo, a violência e a subalternização de nós, povo preto, pobre e indígena brasileiro. Que possamos continuar cultivando em nossas diversas comunidades, grupos, coletivos, um projeto de sociedade quilombista em busca de melhores condições de vida para toda a população brasileira, pois, “aquilombar é preciso”.

2.3 Identidade quilombola versus identidade étnico-racial

Seguindo a discussão dos elementos teóricos da pesquisa, a seguir faremos uma breve discussão a partir dos estudos realizados na área de Antropologia, sobre os conceitos de identidade quilombola e identidade étnico-racial, e de como elas se inter cruzam e relacionam-se entre si.

Haja vista, que para os/as remanescentes de quilombos reivindicarem a posse ou rever a área pertencente a seus ancestrais, precisam assumir sua identidade enquanto quilombolas, assim a colocando como um instrumento de luta e de organização política, na busca por reconhecimento e na garantia de direitos assegurados, sobretudo na Constituição Federal de 1988 com a publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais [ADCT] que trata particularmente das *comunidades remanescentes de quilombos* e de seus direitos, enquanto grupo diferenciado e constituído historicamente.

A primeira coisa, a ser destacada, é que identidade quilombola e identidade étnico-racial não são categorias estáticas e nem tão pouco são a mesma coisa, no máximo se aproximam pelo aspecto racial. Elas são referências no estabelecimento de características, delimitação e enquadramento de pessoas que compõe um determinado grupo social estabelecido, assim apresentando-se de diferentes formas no conjunto da sociedade, evocando seus meios de

organizar-se política, econômica e culturalmente. Ou seja, uma atitude de afirmar-se enquanto grupo diverso, mas coeso dentro dos limites identitários que constroem e estabelecem como sendo intrinsecamente seus, sendo que estes traços estão sempre em reatualizações, devido às influências ocasionadas pelo contato e as experiências cotidianas que mantém com outros grupos.

Para os especialistas em antropologia Marcos Flávio Portela Veras e Vanderli Guimarães de Brito (2012, p. 111): “Um grupo étnico surge quando cria categorias para se identificar e identificar outros, instituindo assim as fronteiras étnicas do *nós* e do *eles*”. Neste sentido, a etnicidade é estabelecida a partir dos contatos que mantemos com os diferentes grupos ao nosso redor, num passo que fazemos uma leitura de suas práticas, e assim julgamos, como eles também fazem essa mesma coisa de *nós*. É neste processo de observação que cada grupo vai estabelecendo suas características, incorporando os aspectos que mais lhes convier na prática do outro e rechaçando aquilo que não lhes identifica.

Diante dos pressupostos precedentes, Veras e Brito (2012, p. 111) alertam-nos que não podemos definir ou caracterizar um grupo, “partindo do pressuposto biológico, cultural ou linguístico, mas pela forma como se identificam ou são identificados por outros”. Nesta perspectiva, eles argumentam que:

A cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo são dinâmicos, podem sofrer muitas mudanças, mas as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir dela que se *organizam* como grupo étnico. Portanto, grupo étnico é um *tipo organizacional*.

Tendo isso em vista, “a identidade é construída em oposição ao outro, a partir da experiência de contato de um grupo com outro, interétnico”. Logo, se não existir um contato entre grupos diferentes, como defende Cardoso de Oliveira (1976), utilizando do exemplo tribal, não há necessidade de esta construir uma designação específica que lhe caracterize frente às outras tribos. (Oliveira, 1976, p.36, *apud* Veras; Brito, 2012, p. 112). Portanto, é durante os contatos entre os diversos grupos, que advém a necessidade de uma construção de identidade étnica, que os diferencie um do outro.

Na introdução do livro “*A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira*” o antropólogo Renato Athias (2006) tratando sobre a compreensão da identidade étnica, enfatiza que:

É necessário (...) compreender a identidade étnica dentro de um campo que articula diferentes elementos e subjetividades o qual possibilita a permanente reescrita da história em decorrência de seu movimento relacionado ao um tempo e um espaço.

Procura-se hoje perceber novas articulações e a produção de outros sujeitos até então ignorados e a criação de novas fronteiras de negociação que possibilitem emergência de identidades negligenciadas na atual estrutura de poder. (Athias, 2006, p. 17).

Como podemos perceber na passagem precedente esse movimento age de forma positiva, pois permite a emergência de novas formas de perpetuação do grupo e de reescrita de suas próprias demandas no tempo e no espaço. Portanto, além de contribuir na delimitação e também no reconhecimento da diferença manifestada e reivindicada por estes, ela serve como importante meio de articulação para a ascensão de identidades até então, negadas.

Outro ponto importante levantado por Athias (2006, p. 19) diz respeito à questão da constituição de territórios, uma vez que “os grupos étnicos estão relacionados ao processo de territorialização, no sentido que as constituições de seus territórios estão intimamente relacionadas às suas identidades étnicas e ao exercício da cidadania plena”. Nisso, é a partir do espaço territorial que se torna possível a esses grupos definirem, articularem e evidenciarem seus aspectos mais intrínsecos, que os caracterizam enquanto, grupo manifestadamente diferente e diverso, dos demais.

Em confluência com as reflexões de Roberto Cardoso de Oliveira (2006) sobre identidade e reconhecimento, a antropóloga Eliane O’Dwyer (2007) mirando sua discussão para a territorialidade, pondera que:

Para fins de nossa análise a etnicidade é conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam suas ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro. (O’Dwyer, p. 52-53).

Nisso, ainda de acordo com ela, um fato bastante interessante é perceptível pelos (as) antropólogos (as) durante o trabalho de campo que fornece os elementos para a construção dos laudos antropológicos ou relatórios de identificação, “os pesquisadores têm se deparado com situações sociais nas quais a identidade quilombola associada à autoidentificação étnica e racial de negro é utilizada como uma afirmação positiva no reconhecimento de si mesmo como ser social”. Assim, mais uma vez tendo como referência os postulados de Cardoso de Oliveira (2006), ela frisa que: “Neste sentido, trata-se de uma luta dessas populações não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade a si mesmos, de seus valores e formas de ver o mundo”. (Cardoso de Oliveira, 2006, *Apud* O’Dwyer, 2007, p. 53).

No Brasil, a auto-atribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão importante nos últimos anos, por meio da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, como no caso dos povos indígenas e das chamadas comunidades remanescentes de quilombos. (O'dwyer, 2007, p. 43).

Esse autorreconhecimento, enquanto grupo diverso torna-se cada dia mais importante, sobretudo num país como o Brasil, que a maioria da classe política e dominante se esquivava de todos os modos para não garantir os direitos assegurados na carta magna, como também em outros dispositivos legais conquistados com muita luta por essas populações. Afirmar-se diferente numa sociedade como a nossa, que pretende a todo custo ser homogênea, tendo como parâmetros de referência a sociedade europeia, soa como um ato revolucionário e efetivamente político, que não só quebra padrões, mas que os coloca em questionamentos sua própria legitimidade.

Neste sentido, Eliane O'Dwyer (2007, p. 44) destaca que “a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT”.

Já a antropóloga Bárbara Oliveira Souza (2008, p. 78) argumenta que:

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.

Neste sentido, a identidade quilombola se caracteriza como uma forma de organização e elo entre os que assim se autoidentificam. O fragmento, também ressalta algo muito importante, no que diz respeito à estruturação de uma identidade assentada nas experiências negativas, envolvendo a exclusão, a submissão e a violência. Tudo isso remete, em última instância, ao processo de desenvolvimento cultural de cada comunidade.

Desse modo, a teia e as ligações "que concebem os quilombolas enquanto povo e comunidade têm na dimensão político-organizativa uma força central, que dinamiza e oxigena essa luta como coletiva das comunidades pela garantia de seus direitos" (Souza, 2008, p. 81). Ou seja, o compartilhamento das necessidades em comum que caracterizam a maioria das comunidades remanescentes de quilombos, como a luta pela terra, por moradia, transporte e uma educação que dialogue com a realidade e as vivências comunitárias.

Ademais, tudo isso que caracteriza a construção de identificação, seja ela racial ou étnica estão imersas nos valores, crenças e práticas de um grupo, de um povo ou comunidade, como sendo seu aporte cultural, seus modos de vida, que estão sempre em movimento, modificando-se sempre que necessário.

Segundo a socióloga Caroline Kraus Luvizotto (2009, p. 32-33) “identidade étnica implica cultura. Cultura faz parte da identidade étnica de um grupo, e tal identidade transcende os aspectos culturais deste, porque é influenciado por aspectos que estão fora da dimensão do grupo”. Como cultura implica necessariamente movimento, ou seja, constantes mudanças sejam por fatores internos ou externos ao grupo em que ela se perpetua. Por estas razões, ainda de acordo com ela, é que as identidades étnicas destes grupos estarão sempre sendo questionadas. Pois, cultura e etnicidade são termos que apresentam uma dinamicidade nas suas caracterizações e definições.

Ainda discutindo sobre cultura e sua dinamicidade, Luvizotto (2009, p. 34) citando Geertz (1978) reflete sobre suas discussões baseadas em “teia de significados”, que na sua concepção implica, “Uma dinâmica que rompe com a visão de cultura no singular, remetendo para uma concepção de que a cultura é mais bem compreendida se for inserida dentro de universos múltiplos, coexistindo e enfrentando esses movimentos permanentemente de metamorfose”.

Ademais, ainda segundo ela, a etnicidade é caracterizada como sendo:

[...] uma entidade relacional, pois está sempre em construção, de um modo predominantemente contrastivo, o que significa que é construída no contexto de relações e conflitos intergrupais. A forma contrastiva que caracteriza a natureza do grupo étnico resulta de um processo de confronto e diferenciação. Tudo isso acentua a natureza dinâmica da identidade étnica que se constrói no jogo de confrontos, oposições, resistências, como também, e, sobretudo, no jogo da dominação e submissão (Luvizzoto, 2009, p. 32).

Logo, a afirmação enquanto grupo étnico diferenciado implica confrontos e constantes questionamentos sobre sua legitimidade, sobretudo quando se trata de grupos beneficiados diretamente com políticas governamentais de reparação, por meio da outorga de direitos específicos, como é o caso dos grupos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos. Grupos historicamente marginalizados e violentados, que na contemporaneidade buscam por meio do seu autorreconhecimento garantir a efetivação dos seus direitos, conquistados com muita luta, na última Carta Magna Federal (1988) e nas leis subsequente, devendo o Estado brasileiro prover o que a lei prevê.

Neste sentido, tanto para os grupos indígenas quanto para as terras quilombolas, hoje já em processo de identificação e demarcação relacionada à política existente de reconhecimento oficial das “terras de negros”, a identidade étnica está associada à noção de territorialização é definida como um “processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante ao estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado”. (Athias, 2006, p. 20-21).

Estes apontamentos sistematizados por Renato Athias (2006) demonstram alguns dos desafios que implicam na consolidação de tais direitos, partindo do aspecto territorial, tanto para o Estado quanto para os grupos étnicos que precisam reorientar suas dinâmicas grupais, tendo em vista a manutenção dos seus direitos, que, aliás, são bastante criticados e contestados por outros grupos, que não são beneficiários diretamente destas políticas de reparação.

Ademais, como acrescenta Athias (2006, p. 18) “as comunidades étnicas constituem-se em grupos vulneráveis que buscam soluções para seus problemas que tendem a agravar-se devido à política do Estado mínimo, onde não há espaço para políticas sociais que incluam as minorias étnicas”. Esse é o atual cenário brasileiro, de contestação e de negação das diferenças entre os diversos grupos que compõem a população brasileira, sempre houve, mas nos últimos anos têm recrudescido tais práticas, tanto partindo das ações do governo quanto do seio da população.

Neste sentido, podemos fazer uma relação bastante segura, quanto ao intercruzamento das identidades étnico-racial e quilombola, uma vez que ambas, estão diretamente relacionadas a ações de grupos em relação a outros. Sempre sendo acionadas durante o contato que mantém. Como também, na evocação destas identidades, como uma garantia de manutenção e conquistas de direitos, sobretudo ao território, aqui traduzido em termos de demarcação e titulação das terras pertencentes ao grupo, que se autodefine como remanescentes quilombolas, indígenas, ribeirinhos, dentre outros.

Com relação às comunidades quilombolas Souza (2008, p. 82), tratando sobre suas perspectivas de identificação, argumenta que:

A perspectiva identitária que concebe as comunidades quilombolas como povo, como comunidade, permite considerar que a afiliação é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. É uma questão que deve ser concebida e pensada no sentido de romper qualquer perspectiva congelada, rígida.

Ou seja, compreender as comunidades remanescentes de quilombo, a partir de sua realidade atual é de fundamental importância para que possamos compreender os motivos do tratamento diferenciado, com relação aos direitos e da urgência de políticas públicas de

reparação, que garanta uma vida mais digna e oportuna para os quilombolas do presente, que infelizmente continuam muitas vezes sendo associados aos escravizados fugitivos do pretérito.

Uma dimensão importante no processo identitário são os elementos dados pelos próprios grupos. Outra dimensão distinta e também fundamental, contudo, é a categorização genérica empreendida pelo Estado para uma leitura legal e restrita dos grupos étnicos e reflexo dessa categoria nos processos identitários de como os grupos se reconhecem e são reconhecidos (Souza, 2008, p. 83).

Neste sentido, além das caracterizações que estes grupos apresentam, o Estado utiliza de mecanismos de identificação, para assim, trata-los de forma diferenciada. É claro que essas delimitações identitárias, não são elementos criados para determinar e caracterizar determinado grupo ou sociedade, mas sim, frutos do conjunto de manifestações culturais que apresentam como sendo seus, como uma dança, formas de organização, modos de vida, dentre outros costumes e valores cultivados por eles.

Por fim, ressalto que é importante compreendermos que a noção de identidade quilombola está intimamente ligada a constituição e afirmação de uma identidade negra, como argumenta Souza (2008, p. 98):

A reflexão sobre a identidade quilombola passa também pela identidade negra. É importante ressaltar que muitas das comunidades quilombolas se constituem como espaços interétnicos. Essa perspectiva, contudo, não descaracteriza a identidade negra que é fundante para esses grupos.

Enfim, que cada vez mais possamos evocar nossas identidades e nos orgulharmos dela, como forma de nos afirmarmos social e politicamente, frente às imposições de grupos dominantes, que insistem em violar nossos direitos, como estratégia de dominação e controle de nossos corpos. Que possamos superar a vergonha e o medo, e gritar cada vez mais alto que somos negros (as). Como nos ensina Kanbegele Munanga (2012, p. 10) argumentando que precisamos resgatar nossa história e autenticidade, com vista a desconstruir as narrativas depreciativas e negativas forjadas no período colonial e reconstruindo-a de forma positiva para elevar nossa autoestima devastada pelas ideologias racistas de nossa sociedade. Então, contemos e recontemos uma nova história, por nós mesmos.

3 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CARCARÁ: HISTORICIZANDO OS FOCOS NARRATIVOS

Nossa história não começa no mar atlântico, começa bem antes, para além dele, numa África viva, contínua, com seus fundamentos. Como teria sido a história dos meus avós e dos quilombos no Brasil se não fosse essa travessia forçada? Eu não escreveria este trabalho com algumas narrativas de dor e as escrevo para que não esqueçamos que a história da população negra também está fundamentada nessa história e quais as consequências disso para as nossas vidas hoje, apesar disso, esse povo jamais aceitou ser propriedade de outros. Não queríamos ter vivido a experiência do cativeiro. E a história? Seria outra, certamente. (Santos, 2018, p. 20)

Depois de percorrermos todas essas reflexões importantes e necessárias, chegamos àquela que proporcionou todo esse caminhar: a comunidade quilombola de Carcará, localizada no distrito de Barreiros, cerca de 18 quilômetros da sede do município de Potengi. A cidade possui uma população estimada em 11.045 mil habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Geograficamente está situada ao Sul do Estado do Ceará, na microrregião do Cariri oeste, tendo como limites fronteiriços os municípios de Araripe, Assaré, Campos Sales, Salitre e Santana do Cariri.

Terra de uma cultura rica e ancestral, que une criatividade, diversão e trabalho na sede e nas diversas comunidades rurais do município, desde a modelagem do ferro pelos ferreiros, passando pela dança de reisado de Caretas do sítio Sassaré, pelo Museu do Inventor do Sertão do Mestre França, Observatório de Pássaros até a dança do Toré praticada na comunidade quilombola de Carcará. Todas estas ações e práticas culturais são impetradas por pessoas comuns, que utilizam da criatividade para preservar, gerar renda e burlar o desemprego, quando as poucas oportunidades de trabalho se restringem a agricultura, ao comércio de pequeno porte e ao funcionalismo público.

Neste cenário de diversidade cultural e social bastante diversificada, se encontra a comunidade quilombola de Carcará, que por muito tempo foi considerada somente mais uma, com realidade, igual às demais espalhadas pelo município. Todavia, Carcará apresentava uma peculiaridade em relação às outras, a presença mais concentrada de pessoas negras, que logo, chamou a atenção de Mauro Filho (mais conhecido como Maurinho de Marabão), que curioso com aquilo, resolveu realizar algumas pesquisas informais¹² sobre a história daquele lugarejo, como assim relatam as (os) moradoras (es) entrevistadas (os).

¹² Infelizmente não encontrei nenhuma pesquisa sistematizada pelo Mauro Filho sobre essas pesquisas que os moradores e as moradoras locais relatam.

É justamente deste ponto, que iniciaremos nossas ponderações, tratando dos anseios, das perspectivas de futuro, das lutas e dos projetos da comunidade, que decidiu se organizar e lutar por seu reconhecimento, enquanto remanescente de quilombo, dotada "de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata". (INCRA, 2017, p. 4).

Neste sentido, cabendo às próprias comunidades sua autoatribuição¹³, como também é de sua responsabilidade solicitar junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao governo federal responsável pela emissão da declaração dos títulos de autoatribuição as comunidades, que assim desejarem reivindicar sua ancestralidade quilombola. Carcará teve a sua emitida desde o ano de 2013.

Quanto às obrigações do Estado brasileiro, cabe a este, uma vez reconhecida à identificação e autoatribuição destas comunidades como sendo remanescentes de quilombo, prover o que determina a Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e nas leis e decretos subsequentes, que prever a propriedade definitiva das terras ocupadas, sendo o Estado responsável por emitir os devidos títulos de propriedade coletiva área reivindicada.

No caso da comunidade quilombola de Carcará, as terras já foram demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão do governo federal, responsável pelo processo de demarcação e titulação da área reivindicada pela comunidade. Todavia, não existe nenhuma previsão para a efetivação da compra, pela a União da área demarcada.

Sem dúvida a história de Carcará se entrelaça com a de diversas outras, espalhadas em solo brasileiro. O solo da resistência indígena e negra por excelência e de tantos outros grupos sociais vulnerabilizados por ações de Estado, governo e sociedade, que insistem num projeto de homogeneização do diferente, aos padrões uno de sociedade, que não considera a memória, a ancestralidade e tampouco as particularidades e modos culturais de cada povo.

¹³ A autoidentificação guarda sintonia com norma internacional de Direitos Humanos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que considera a consciência como critério fundamental. [...] A autoatribuição, de que fala a convenção, encontra amparo na teoria antropológica, que embasa os estudos de delimitação de territórios étnicos. [...] É importante que se diga que em vez de ser uma “invenção de antropólogo”, a autoatribuição identitária é um processo universalmente utilizado pela espécie humana ao longo de sua história. [...] Assim sendo, o processo de autoatribuição que fundamenta a identidade do grupo e a consciência de pertencimento de cada um de seus membros, não passam de expressões de nossa capacidade cognitiva e relacional e de nossa linguagem, duas das características mais marcantemente humanas. Desse modo, negar a validade da autoidentificação de qualquer grupo social significa negar a validade da própria condição humana, que acaba por desumanizar não só o grupo discriminado como, principalmente, o próprio discriminador. (INCRA, 2017, p. 5-6).

No que se refere às entrevistas realizadas para esta pesquisa, a construção de um discurso histórico exige de nós, pesquisadores (as) um olhar atento aos diversos elementos constitutivos da nossa fonte. Como defendia Marc Bloch (1952, p. 54 *apud* Arostegui, 2006, p. 479) de que as fontes não falam nada se não soubermos como interroga-las ou questiona-las. Afinal, o sucesso na concretização dos objetivos depende disso, das inquietações que lançamos sobre elas.

Neste sentido, a análise do material coletado, não consiste somente em recortar trechos e reproduzi-los, perpassa pelo campo da experiência, das emoções, do imaginário, do engajamento do pesquisador com sua pesquisa e dos itinerários que elenca como sendo importantes para as reflexões em torno da temática. Além disso, vêm os cuidados referentes às divergências entre testemunhos, as concordâncias e até mesmo os conflitos, tudo isso, deve ser considerado na análise.

São justamente estes cuidados que tomaremos daqui em diante, com vista a tratar da melhor forma as descrições, que envolvem ancestralidade, vivências e a luta pela garantia de direitos consagrados na Constituição Federal de 1988. Seguimos mais um passo à diante, sem perder nossas raízes, evocando sempre a luta dos (as) nossos (as) ancestrais por melhores condições de vida.

3.1 CARCARÁ: Uma comunidade a construir sua história cotidianamente

História é tudo aquilo que vivenciamos e construímos diariamente, e na comunidade quilombola de Carcará não é diferente. Aliás, todos nós temos uma história, sempre há alguma coisa a relatar sobre nós e a sociedade na qual vivemos, ou aquelas que tivemos a oportunidade de conhecer, seja visitando pessoalmente ou através de livros, reportagens ou relatos pessoais dos seus próprios moradores (as) sistematizados de alguma forma em livros, vídeos, revistas, reportagens televisivas, dentre outras.

Neste sentido, é bastante válida a reflexão da ativista negra, feminista e filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 77) de que “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”. Por isso, a importância de sistematizarmos nossa história, como forma de nos afirmarmos perante outros grupos, não para sobrepor-los, mas para que saibam que temos uma trajetória histórica tão importante quanto às deles.

De acordo com os testemunhos dos(as) moradores(as) entrevistados, a comunidade foi forjada ainda durante o período escravocrata, porém não sabem precisar a data, em que os seus primeiros ancestrais saíram em fuga da Casa Grande do Infincado, que pertencia na época a Gonçalo Baptista Vieira, o Barão de Aquiraz (1819 - 1896), “título que recebeu de Dom Pedro II”. (Rios, 2009). Ele foi senhor de terras, escravocrata e político cearense.

É em sua propriedade, localizada no município de Assaré, no sítio Infincado, distrito de Genezaré, distante 24 quilômetros da sede da cidade, o ponto de partida da história do quilombo Carcará, é claro que a história dos e das negras que ali viviam submetidas ao trabalho escravo, não se iniciou ali, mas lá em África. Já em solo sul-americano, tentaram das mais variadas formas se organizar, reconstruir suas vidas e costumes, dentro dos limites e privações estabelecidos por seus algozes, os escravistas. Mas isso, não era suficiente para aqueles e aquelas que acreditavam em liberdade fora dali, e a fuga se tornava uma arma de resistência e esperança de um porvir profícuo.

Passados, tantos anos, um dos símbolos deste período histórico marcado pela violência, submissão ao trabalho forçado e morte de milhões de irmãos e de irmãs negras, vindos de África, continua existindo. O casarão onde os remanescentes quilombolas de Carcará atribuem a procedência de seus ancestrais.

Segundo Dellano Rios, correspondente do jornal o Diário do Nordeste, enviado a localidade de Infincado em 2009, descreve que “Construído em meados do século XIX (não há uma data precisa de sua fundação), o casarão é robusto, com 72 portas, com paredes largas e estruturas em cedro. Foi erguida pelos escravos da propriedade, que moldavam as telhas nas próprias pernas”. (Rios, 2009).

Figura 2 — Casarão do Infincado, em Assaré.



Fonte: Fotografia de Ronald Tavares, 2018 (Reprodução Internet).

A estrutura do casarão ainda resiste às intempéries do tempo e ao descaso das autoridades locais, e do poder público como um todo, que contribui incisivamente para o apagamento de um dos capítulos mais triste da história brasileira, a escravidão. Todavia, com vistas a manter viva a história do lugarejo, marcado pela dor e o sofrimento, mas também pela resistência e a luta que o espaço transpira, é que desde 2009, é realizada no mês de novembro, a Missa da Consciência Negra, no seu imenso terreiro.

Idealizada pelo padre Vileci Basílio Vidal e a Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Crato, ano após ano, a celebração foi conseguindo diversos apoios, tanto da população adjacentes quanto de diversas instituições da região. Para o padre Vileci é importante que resgatemos a história desse espaço como sendo um “lugar sagrado marcado por tanta dor e resistência”. (Assaré, 2017). Por isso, “a missa tem como objetivo, resgatar, valorizar e mostrar a importância dos NEGROS no processo de formação da história e identidade cultural do nosso país”. (Assaré, 2017).

Neste sentido, a Casa Grande ou Casarão do Infincado que no passado representava a dor, a tortura e a morte de escravizados (as), no presente tornou-se símbolo das lutas e resistências dos nossos antepassados, como também ambiente sagrado de reflexão e de afirmação da importância, de nós negros (as) na construção do Brasil.

Ademais, há alguns quilômetros dali, continua existindo outra expressão desse período, a comunidade de remanescentes quilombolas de Carcará, certificada pela Fundação Cultural

Palmares, sob o registro de nº 1.911, em 13 de junho de 2013¹⁴. Segundo a narrativa comunitária construída em torno da história local, os ancestrais que a forjaram eram oriundos da Casa Grande do Infincado, de onde saíram em fuga (a partir da segunda metade do século XIX aproximadamente).

Segundo os geógrafos Jonas Almeida e Carlos Araújo (2017) que também desenvolveram pesquisas sobre o lugarejo, afirmam que:

Carcará foi o principal ponto de refúgio para esses negros, geograficamente a comunidade encontra-se em um relevo acidentado e de difícil acesso. A conquista inicial da terra após a desestruturação do sistema escravista deu-se principalmente pelo trabalho prestado a fazendeiros e proprietários de terras da região, já que a abolição da escravidão no Brasil caminhou distante do acesso à terra. (Almeida; Araújo, 2017).

A passagem, acima toca num ponto fundamental que até hoje continua sendo um dos grandes problemas para as comunidades quilombolas, o acesso a terra. Mais adiante trataremos sobre o tema e de como a não efetivação desse direito assegurado na Constituição Federal de 1988, impacta na vida comunitária de Carcará e das comunidades em seu entorno.

O remanescente quilombola Sebastião Vieira da Silva, uma das lideranças da comunidade e atual presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Sítio Carcará - Arquicara, indagado sobre o período em que seus antepassados chegaram à comunidade e de como construíram a narrativa sobre a história local, relata que:

Por via de nossos bisavôs, tataravôs, a gente fez uma pesquisa [baseado nesses parentes] que a gente já está completando na faixa de 330 a 340 anos que foi fundado o Carcará aqui. [Desde o período da escravidão já tinha] gente dos nossos antepassados morando aqui no Carcará, que tinham vindo se refugiar da Casa Grande do Infincado. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira Da Silva, 2020).

E continua:

O Maurinho fez um trabalho, fez umas pesquisas pra gente. Aí como a gente é muito amigo, ele foi e falou pra mim, que o nosso vínculo é no meio dos negros, existia uma grande possibilidade, que os nossos antepassados, nossos parentes, os mais velhos fossem negros, que tivessem vindo da África em navio negreiro, em porão amarrado pra que pudesse trabalhar para os patrões em canavial. Aí em função disso, pedi para ele pesquisar mais, aprofundar mais nas pesquisas. E foi reconhecido que na verdade na época que os nossos antepassados vieram pra cá, veio na verdade, três navios da África. E [nisso] ficou uma quantidade de negros aqui no Piauí, outra ficou na Bahia e a outra ficou numa parte do Rio Grande do Sul. Nisso foi dividido essas três carradas (embarcações) de negros. Por isso, a gente acredita que o que foi [desembarcado] no Piauí, seria a nossa família, que hoje está aqui. A gente não sabe quem são nossos

¹⁴ Informações extraídas do Título de Autodeclaração emitido pela Fundação Cultural Palmares - FCP em 2013.

parentes, mas a gente acredita que seria uma família só, todos os negros somos parentes, eu acredito que seja dessa forma. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira Da Silva, 2020).

Nos trechos destacados acima, é possível perceber que boa parte, do que se sabe da história da comunidade, foi transmitida pela tradição oral. Na ausência de uma sistematização científica desta, a oralidade continua sendo um dos importantes meios de disseminação de informações e a responsável por informar as gerações do presente sobre os causos e histórias do pretérito.

Quanto à estimativa de anos apresentadas na fala de Sebastião, se fizermos um cálculo básico entre o período de construção do Casarão do Infincado, tendo como referência a segunda metade do século XIX e o ano de 2020, concluiremos que não ultrapassa 190 anos. Neste caso, podemos apontar pelo menos duas hipóteses: a primeira, que o cálculo realizado nas pesquisas orais com os moradores (as) mais antigos esteja errado e a segunda, que creio ser menos provável, que os antepassados que formaram a comunidade não sejam provenientes do casarão do Infincado, já que este é datado do século XIX.

Se analisarmos as duas hipóteses, veremos que a primeira possibilidade continua sendo uma das mais plausíveis, pelo seguinte motivo, se calculamos a quantidade de anos estimada por Sebastião tendo como referência o ano de 2020, remeteríamos para o ano de 1690 a construção da Fazenda Infincado, ou seja, historicamente isso não seria possível, pois, como nos relata Airton Farias no livro *A História do Ceará*: "Os sertões cearenses foram desbravados em função da pecuária, a partir da segunda metade do século XVII e, sobretudo, no começo do século seguinte, num processo violentíssimo e que levou à dizimação de milhares de indígenas" (Farias, 2015, p. 32).

Será a partir da exploração pecuária, que o interior cearense começará a ser ocupado, sobretudo, quando se constitui os "caminhos das boiadas" interligando os diversos rincões da província com as demais em seu entorno. Segundo Farias (2015, p. 50) tais "estradas que cortavam o Ceará eram, portanto, verdadeiras rotas comerciais, pelas quais durante séculos se deu o escoamento da produção regional e entraram mercadorias que iriam abastecer os sertões".

Quanto às especulações, relacionadas à proveniência dos familiares é importante observarmos, que boa parte dos (as) escravizados (as) que adentraram ao Brasil pelo litoral nordestino, foi desembarcada nos portos da Bahia e Pernambuco. Só após a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 é que encontramos registros de desembarques nas províncias do norte, na região compreendida como Grão-Pará e Maranhão.

Pode ser que a hipótese apresentada possa ser válida, já que o Piauí a época, estava inserido nesta faixa territorial.

Na ausência de documentação oficial, que comprove com exatidão o ano em que a Casa Grande foi construída e tampouco, a data de chegada dos escravizados nas terras onde se ergueria a fazenda, por enquanto, as temporalizações relatadas pelos (as) moradores (as) de Carcará continuam sendo as mais válidas, apesar de remeterem ao período, que antecede o processo de exploração econômica e, consequente formação das fazendas de gado no interior do Ceará.

Neste sentido, corroboro com a afirmativa de Dellano Rios (2009) sobre as histórias que são transmitidas de geração em geração por meio da oralidade, que muitas vezes confronta-se com o que é narrado oficialmente. Então, ele afirma que “O descompasso entre a história oficial e aquela que a tradição oral mantém viva. Não há necessidade de comprovação, mas do funcionamento de uma narrativa, que acaba por reproduzir o imaginário e os valores de uma comunidade”. (Rios, 2009).

O fato é que as narrativas sobre a origem local convergem. Tal qual, Sebastião Vieira relatou, a remanescente Antônia Oliveira da Silva Carvalho, dona Bizunga¹⁵, também corroborou, quando indagada sobre como a comunidade ficou sabendo que era quilombola e o período estimado em que seus ancestrais chegaram e a fundaram?

Através, do Maurinho do Marabão que andou por aqui [e realizou algumas pesquisas]. Quando, disse assim meninos vocês sabiam que são quilombolas? Não. O que é isso? Aí ele, disse o que era. Que era dos tempos passados dos escravos, que nossa família, saiu um bucado de gente lá do lado do Infincado, vieram pra cá da Casa Grande. Aí nós fomos falar pra mãezinha, aí [ela] falou: certo minha filha, nós somos mesmo, quem [veio primeiro para o] Carcará foi nossa família. Os primeiros que chegou aqui foi da família Maçal. Mas, nesse tempo não tinha ninguém morando aqui, os primeiros a chegar foi eles. Mãezinha falava que o povo dela já nasceram aqui, não sei se foi avô, bisavô ou tataravô que chegou de lá. Vieram um comboio de gente que chegaram refugiado de lá [da casa grande do Infincado], aí se acamparam aqui. Só sei que já nasceu aqui e morreu com 104 anos, minha vó. (Remanescente Quilombola, Dona Bizunga, 2020).

Ademais, todas as pessoas entrevistadas, atribuem à fundação da comunidade a fuga de seu primeiro morador, Mariano Marçal e se instalou ali, onde hoje é a comunidade, constituindo família, consequentemente culminando na expansão do lugarejo, que só agora no início do século XXI, viria a ser reconhecido como um espaço remanescente de quilombo.

Evidentemente, não existe nenhum documento oficial ou estudos científicos mais acurados, que confirmem tal procedência, nem tampouco sabemos como o responsável por

¹⁵ Nas citações que conste o nome dela, em respeito a ela utilizaremos o seu codinome pelo qual é reconhecida.

informar a população dali, que ela era remanescente quilombola, chegou a tais conclusões. A única coisa que podemos afirmar, a partir das observações de campo, é que existe uma presença bastante visível de negras e de negros.

Neste sentido, acredito que o Mauro Filho, tenha partido desta mesma premissa, de observar e verificar que nas redondezas não existia nenhuma outra que apresentasse uma concentração de população negra, tal qual como no sítio Carcará. Ademais, isto é somente uma hipótese que levanto, sobre as conclusões que o levaram, a afirmar perante a comunidade que ela tinha grandes chances de ser fruto de um quilombo.

Diante disso, na ausência de material mais robusto, a versão que se convencionou ser transmitida oralmente pelos moradores continua sendo a mais aceitável. Outra coisa importante, que não podemos perder de vista, é que essa dificuldade de encontrar fontes escritas ou outros registros que remontem ao início destes nichos não é uma peculiaridade somente de Carcará, diversos outros grupos se valem das narrativas orais como fonte.

Ademais, o exame dos testemunhos colhidos, através da utilização da metodologia da história oral, ou seja, da fonte produzida, pode revelar-se como uma atividade instigante e surpreendente, devido a sua riqueza e a diversidade de narrativas reunidas, que pode abrir margem de interpretações diferenciadas e alternativas para um mesmo assunto, como também ser uma propositora para novos estudos, abordando outros aspectos do trabalho anterior (Delgado, 2006).

Apesar das ressalvas contrárias sobre a utilização desse tipo de documento, a oralidade continua sendo um dos meios importantes na difusão e na produção de conhecimentos. Uma vez que, ao tratarmos as narrativas orais como tendo igual importância as estruturadas pela a universidade. Estamos praticando, como explica Elaine Monteiro (2016, p. 77), utilizando das reflexões de Paulo Freire (1985) uma “educação dialógica, concebida não mais como uma extensão do conhecimento, mas como comunicação entre sujeitos do conhecimento”.

Portanto, é importante concebermos as relações que se estabelecem entre universidade e comunidade, enquanto espaços de trocas de conhecimentos e de experiências. Para tanto, é preciso romper com a prática corriqueira de enxergar esta última, somente como um objeto para estudo, e não como um espaço dotado de saberes e fazeres, tão importante quanto o da primeira. Parafraseando Durval Muniz (1994) continuemos violando memórias e gestando histórias.

3.2 O que os testemunhos orais revelam?

A indagação inicial já revela as intenções deste tópico, entrelaçar os testemunhos e construir uma análise sobre eles. A priori, uma das principais questões que observamos na análise do material coletado é que mesmo a comunidade se identificando como quilombola, pelos menos as pessoas entrevistadas, que compõe o grupo das que reivindicaram junto a FCP a autodeclaração como sendo remanescentes quilombolas, em 2007, ainda não conseguem estruturar uma definição do que é ser quilombola.

Algumas das respostas, para a pergunta sobre **o que é ser quilombola para você?** Limitaram-se, a enfatizar a origem dos antepassados, como sendo escravos fugitivos, porém prescindindo de explicitar o que compreendia e de como se via, enquanto quilombola. Como por exemplo, o relato da remanescente quilombola Francisca Vieira da Silva (2020) que diz o seguinte: "Eu mim considero quilombola assim, por conta que meus antepassados é..., diz que eles veio daqui de uma casa grande do Infincado, né?".

Dos cinco testemunhos colhidos, quatro deles associaram o seu autorreconhecimento às origens dos seus ancestrais, negras (os) escravizadas (os) que usaram como estratégia de luta, a fuga e o estabelecimento em áreas que pudessem praticar seus costumes e liberdades. Somente o remanescente José Vieira da Silva (2020) atrelou diretamente sua identificação a perspectiva dos direitos, definindo assim: "Ser quilombola... é vem muito direito pra gente receber, e é muito bom".

A compreensão das comunidades quilombolas passa, no sentido atual de existência, pela superação da identificação dos grupos sociais por meio de características morfológicas. Tais grupos não podem ser identificados a partir da permanência no tempo de seus signos culturais ou por resquícios que venham a comprovar sua ligação com formas anteriores de existência. Argumentações teóricas que caminhem nesse sentido implicam numa tentativa de fixação e enrijecimento da concepção das comunidades quilombolas. (Souza, 2008, p. 57).

Neste sentido, as concepções de identidade quilombola definidas pelas (os) entrevistadas (os) continuam tendo como referência seus antepassados escravizados (as) como ponto de partida para construção da sua autoatribuição, enquanto quilombolas. Diante disso, o trecho acima é bastante enfático, no que diz respeito à superação da concepção de quilombo vinculado ao passado colonial brasileiro, para que seja possível a emergência de novas abordagens que valorizem as práticas culturais, sociais e políticas de acordo com a conotação que o termo quilombo angariou na contemporaneidade, passando de uma categoria de crime para uma de direitos. (Souza, 2008, p. 46).

Outra dimensão importante disso é a própria organização comunitária em torno da construção de uma identidade quilombola. Sebastião Vieira da Silva relata que após o reconhecimento da comunidade como sendo quilombola, conseguiram se organizar e conquistaram bastantes benefícios, isso, é fundamental para o próprio processo de revalorização da imagem de grupo diferenciado, ou seja, por meio das conquistas se sentiram valorizados, contribuindo na sua reorganização.

A gente graças a Deus tá se organizando muito bem, na nossa comunidade. Porque no início, antes de nós, se autorreconhecer como quilombolas, a gente tinha muitas dificuldades. Porque não conseguia nada para nossa comunidade, e hoje graças a Deus a gente conseguiu bastante coisa. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira Da Silva, 2020).

A revalorização expressa no relato acima reafirma a importância que o autorreconhecimento, enquanto grupo étnico diferenciado contribuiu e tem contribuído de forma positiva na organização e na conquista de melhorias para o povo carcareense. Todas as descrições recolhidas são enfáticas em afirmar o caráter importantíssimo que a nova configuração identitária, lhes garantiu tanto na valoração social quanto no campo dos direitos.

Entretanto, a constituição de uma identidade assentada principalmente, numa perspectiva de direitos, tem contribuído de forma negativa, pois, tem colaborado na divisão da comunidade entre os que constroem sua identidade baseada na ancestralidade e nos laços com seus antepassados e aqueles que a concebem somente numa relação estreita com os benefícios. O embate entre eles se dá justamente, na negação da identidade quilombola pelo segundo grupo diante dos conflitos com os proprietários adjacentes. Nisso, evocando-a sempre quando vem alguma regalia, caso não venha, não se identificam.

A remanescente Francisca Maria Rodrigues da Silva (2020) indagada sobre esses conflitos entre os moradores, relata que "Até mesmo hoje tem muitos que não querem, é da família mesmo e diz que não é [quilombola]. Mas sempre quando vem uma "coisinha" estão pelo meio para receber, não quer ser, mas querem as coisas que vem".

O problema que percebo nesse tipo de laço assentado exclusivamente em interesses, é que eles podem não corresponder com a sua finalidade, que é a composição de uma identidade revalorativa da coletividade, que no passado era motivo de vergonha, violência e preconceito. Desse modo, as ações afirmativas empenham-se, sobretudo, em reparar as injustiças, mas também contribuir na construção de imagem positiva do grupo, por tanto tempo desvalorizado e violentado, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Ademais, é no processo de organização

que demandamos as nossas próprias necessidades como coletividade, logo, a luta por direitos estará imersa as tais demandas.

Diante disso, cabe a eles decidirem coletivamente quais serão as medidas que adotaram com relação aos que não se consideram ou que escondem por vezes a sua identidade quilombola, a fim de, conseguirem se fortalecerem em torno de lutas mais urgentes, como a titulação das terras, haja vista, que esse é um dos principais empecilhos para a comunidade, como também uma das principais matrizes de conflitos na mesma.

Consequentemente pelos testemunhos concluímos que a comunidade encontra-se atualmente dividida entre os que defendem a importância da titulação das terras e os que discordam, devido à pressão dos proprietários e o medo de perderem seus locais de trabalho. Diante disso, o acirramento é bastante perceptível nas narrativas dos (as) entrevistados (as), inclusive o próprio racha que a demora no processo regulatório do território, tem provocado e contribuindo até mesmo na desarticulação comunitária. Abaixo, sistematizo dois trechos que exemplificam isso:

A relação [entre os moradores (as)] da comunidade vinha muito bem, mas aí a partir do momento que teve o movimento [de] demarcação de terra, nem todo mundo tem [a postura] pra ser pulso firme e não temer, porque deu uma caída grande. Quando os proprietários [reagiram à demarcação] fraquejou muito mesmo. [Devido] muitos trabalharem em propriedade deles que está dentro [da área] demarcada, teve aquele algo de dizer, se ficar como quilombolas, vai deixar de trabalhar na [minha] propriedade. Aí diminuiu muito por conta disso. Ou é quilombolas ou trabalha na propriedade. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira Da Silva, 2020).

Todo primeiro domingo do mês tem reunião, aí uns vem outros num vem. É assim, uns querem outros não querem, só quer ser quilombola por causa das terras, se não, não querem ser, porque dizem que vai morrer gente. **Mas, ainda hoje existe alguma resistência?** Ainda hoje tem. **Mas, em relação às famílias, tem mais que se autodeclaram ou é menos?** Está mais pouco, não se declara... se é, não diz que é, participa pouco das reuniões. De primeiro, fazia reunião a casa de semente era lotada, mas agora está mais pouca. (Remanescente Quilombola, Dona Bizunga, 2020. Grifo meu).

Podemos perceber nos fragmentos acima, que as dissidências narradas têm enfraquecido a própria organização da comunidade em torno da importância de se autodeclararem quilombolas e da obrigação do Estado brasileiro em cumprir o que lei determina. Uma vez que as terras tituladas beneficiarão todos os seus moradores (as) que já não mais precisaram cultivar em outras áreas, mas no espaço destinado ao seu núcleo familiar.

Acredito que a desinformação em qualquer lugar, pode causar vários riscos e é a ela que se devem os desacordos na comunidade quilombola de Carcará, tanto entre os moradores quanto com os pequenos e médios proprietários do seu entorno, que alimentados pela ignorância,

acreditam que suas terras serão expropriadas pelo INCRA, sem nenhum tipo de indenização. Já os quilombolas que trabalham nestas propriedades, nutridos pelo medo de perderem seu único meio de trabalho, acabam por engrossar as fileiras daqueles que usam de má fé para disseminar inverdades sobre os procedimentos realizados pelos órgãos governamentais responsáveis pelo processo de regularização fundiária no país.

Desse modo, contribuído diretamente na manutenção ou no acréscimo de novas divergências, como, por exemplo, as ameaças de mortes direcionadas a Sebastião Viera da Silva e a José Mazinho Marçal de Carvalho, no início do processo de reivindicação comunitária junto a FCP pela expedição da declaração de autoatribuição. Que devido à circulação de conversas preconceituosas e desinformadas acabaram contribuindo, num primeiro momento nesses desentendimentos entre os pequenos proprietários e os quilombolas. Questionado sobre as resistências internas, a comunidade e a intimidação da qual foi vítima, Sebastião Vieira da Silva (2020) relata que:

Teve, nem só uma resistência teve foi várias, inclusive fui ameaçado de morte, não só por uma pessoa, mas por mais de uma pessoa, e através dessa ameaça a gente ainda recebeu uma intimação do Ministério Público. Aí a gente achou melhor conversar por aqui mesmo, se organizar todo mundo pra ver como ia ficar. O rapaz pediu desculpa, porque ele [alegou que] não sabia do que se tratava, como que eram os procedimentos do governo. Eles achavam que o governo ia era tomar as terras pra dá pra gente, pra comunidade, e nós sabemos que não é dessa forma, a terra não é tomada, né? A gente sabia, mas eles não sabiam que as terras não iam ser tomadas. Aí pra eles, os proprietários, eles achavam que o governo ia chegar e ia cercar, mandar fechar as porteiças e entregar pra comunidade, mas não é bem dessa forma.

A violência simbólica, representada pelas intimidações não foram suficientes para sufragar o esforço legítimo impetrado pelas lideranças de reaver seus direitos, enquanto comunidade tradicional. O fato, é que a circulação de inverdades, somadas a desinformação poderia ter custado à vida dos dois dirigentes a época. Devido a essas contendas ocasionadas, sobretudo pela abrangência territorial abarcada na primeira demarcação, provocando os embates já citados, o INCRA resolveu enviar novamente uma equipe técnica para refazer o processo demarcatório.

A nova delimitação retirou algumas localidades, salvaguardando as extensões sem habitações. Inclusive, aproveitando o ensejo, os técnicos enviados conversaram com alguns proprietários, os informando melhor sobre os procedimentos adotados, segundo nos relata Sebastião Vieira da Silva (2020):

Hoje tem algo que a gente ver alguma coisa, meio difícil, meio diferente, de algum proprietário com a gente, mas é bem diferente do que o que a gente já sofreu. Hoje a

gente tá é tranquilo. Tá todo mundo tranquilo, porque todos os proprietários já [estão] sabendo. A gente conversa com algum proprietário e quase todos eles, eu converso bem. Não tenho nenhum intrigado, até mesmo os próprios que me ameaçaram, nós não somos intrigado, nós conversa. O pessoal do governo conversou com eles e tão aí, esperando que o governo trabalhe e faça o trabalho dele [comprando e titulando as terras] e os proprietários receba [porque] com certeza, eu gostaria que eles recebessem os valores deles tudo certinho.

Desse modo, as informações repassadas pelos representantes do INCRA serviram como um antídoto para a desinformação, apesar de existir ainda entre os pequenos proprietários um desconforto sobre essa temática. Pois, a área que a comunidade reivindica ela está em sua grande maioria dividida em pequenas propriedades, ou seja, pertencente a diversas pessoas, e isso de certa forma atrapalha o processo, e são justamente estes que veem a ação com mais desconfiança, segundo relato dos (as) moradores (as).

Para compreendermos os motivos que levaram a fragmentação do território em pequenas áreas, recorreremos à fala do remanescente quilombola José Vieira da Silva (2020), que nos relata o seguinte:

Bom, Mariano Marçal foi o primeiro que chegou. O caminho de tudo foi ele, né? Aí depois que ele morreu [foram] chegando gente e se formando mais família e tomaram de conta, e deixaram [nós] só com um [pouquinho]. [Nós somos] herdeiro e eles [foram] se apossando. Comprava dez tarefas, aí ia pra [o cartório] no Araripe, e mandava [registrar a compra de] trinta, quarenta, cinquenta tarefas. Botava o tanto que queria. (Remanescente Quilombola, José Vieira Da Silva, 2020).

Dona Bizunga relata o mesmo episódio, porém acrescentando outros elementos e destacando as próprias necessidades da época, que facilitavam a compra por outras pessoas, fora dos núcleos familiares, que já ocupavam a área.

Essa terra aqui que nós moramos era do bisavô do meu pai, essas áreas que você ver demarcada pela lagoinha (Alagoinha é um distrito do município de Araripe/CE), pra cá pro lado do Rosário, Mameleiro. Num tem aquele curral grande? Tudo era dele, aí o povo foi tomando, tomando... até que o véi (velho) ficou sem nada. Aí nesse tempo o povo chegava e perguntava: Seu Mariano quer me vender aquele pedacinho de terra? Às vezes morrendo de fome, ia lá e fazia negócio numa cuia de farinha, cuia de feijão furado, aí o véi ia pra casa. [Já o comprador, comprava uma tarefa de terra e ia lá e cercava] seis, sete, oito tarefa. (Remanescente Quilombola, Dona Bizunga, 2020).

Os dois testemunhos, exemplificam muito bem como se deu o processo de fragmentação de muitos territórios quilombolas no Brasil, tanto os do meio rural quanto os próximos ao meio urbano, que perderam seus territórios pela ocupação e expropriação ilegal, sobretudo pelo mercado da especulação imobiliária. Neste sentido, segundo Ratts (2012, p.142) "a questão da

terra, mais precisamente da regularização fundiária, é uma das principais demandas dos quilombos brasileiros".

Além disso, outra questão que nos chama a atenção no trecho destacado anteriormente, diz respeito à forma como é narrado o mesmo acontecimento, diferenciando-se na abordagem e no incremento de elementos que por vezes divergem, entre os narradores, como a quantidade de terra cercada e a necessidade que a época impunha. Assim, a explicação a seguir é importantíssima para compreendermos essas divergências.

Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história oral, em decorrência, é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, mas socialmente integrado. Dessa forma, os relatos e os testemunhos contêm em si um amálgama maior, o da inserção em uma comunidade específica. (Delgado, 2006, p. 52).

Neste sentido, Durval Muniz de Albuquerque Jr (1994, p. 46), nos alerta que as memórias coletivas não são uma soma das memórias individuais, mas o seu contrário, configurando-se como sendo um campo discursivo e de força onde as memórias individuais configuram-se. Sendo que só evocamos e fixamos nossas memórias, quando somos provocados por outros indivíduos a evocá-las, assim nos ajudando a fixá-las em forma de conteúdos e recordações.

Quanto a isso, Alessandro Portelli (1997, p. 16) reflete que tais memórias constituem "um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados". Ainda segundo ele, "as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são - assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais".

Continuando nossa discussão sobre os elementos constitutivos da comunidade quilombola de Carcará, é importante ressaltar que seu reconhecimento, enquanto tal está alicerçado em pelo menos dois planos, um institucional que a delimita e a define, a partir de características comuns que contemplam estes nichos nacionalmente e outro, mais voltado para o grupo localmente, que envolve diretamente as suas práticas cotidianas, assentadas em suas particularidades culturais, sociais e políticas.

Ao fazermos a menção em torno desse conjunto de identificações, que institucionalmente é estabelecido, estamos fazendo um apontamento para as leis, como também para os atributos que engloba nacionalmente tais grupos. Entretanto, são no cotidiano de cada

realidade grupal que se estabelecem os itinerários de suas relações e de manutenções de suas características de identidade diferenciada, diante dos demais grupos, com os quais mantêm vínculos, sejam eles comerciais ou culturais. Desse modo, segundo documento publicado pelo INCRA:

A identidade quilombola assume duas vertentes: uma individual, quando depende da consciência de cada membro para se reconhecer como quilombola, e ao mesmo tempo uma coletiva que para ser aceito como membro daquela comunidade precisa de sua anuência, de acordo com os critérios de pertencimento do grupo, estabelecidos coletivamente. Não cabe, portanto, a nenhum agente externo nem a rotulação nem a negação da identidade de um grupo étnico. Essa autoafirmação identitária diz respeito somente aos membros do grupo. Não basta apenas que um indivíduo afirme ou negue sua identidade étnica, é necessário que esta identidade seja referendada pelo coletivo. (INCRA, 2017, p. 5-6).

Saliente-se ainda que toda construção identitária, porta como referência os aspectos históricos, culturais e políticos da coletividade, que dependendo dos antecedentes, por exemplo, se são negativos, do ponto de vista social, pode motivar a negação de uma determinada identidade. No caso do Brasil, a estrutura racista legada pela escravidão de corpos negros, torna-se um entrave muito grande na autoatribuição tanto de grupos quanto de pessoas, individualmente.

A própria condição em que se encontram a maioria da população preta do país, contribui negativamente neste processo de autoafirmação, enquanto pessoa negra, como também a recusa do Estado, em garantir melhores condições de vida, segurança, saúde, educação e, no caso específico das comunidades quilombolas, a titulação de suas terras, que pela demora e as ameaças que sofrem estes grupos põe em descrédito a atuação dos órgãos responsáveis pela concretude de tais medidas.

Por exemplo, dona Bizunga relatou que no início do processo de autorreconhecimento da comunidade, ela e o compadre dela, Sebastião passaram oito anos sem local para trabalharem, ou seja, os proprietários usaram como estratégia para desarticular o movimento e, sobretudo suas lideranças privando-os do acesso a terra.

Nessa época, nós tínhamos roça lá no [sítio] Lobo, saímos [de lá], por causa, que seu Dedé botou pra nós sair. [Quanto aos] outros ficaram trabalhando do jeito que tavam. Mas, nós foi mais de oito anos sem botar roça. Nós ficamos sem andar no Lobo. [Ficamos] sem botar roça no Lobo, [porque] não queriam dá roça, nem a mim e nem a compadre Bastião. (Remanescente Quilombola, Dona Bizunga, 2020).

Essa é uma demonstração clara das dificuldades e dos desafios que muitas comunidades remanescentes de quilombo enfrentam, nem sempre a extensão que ocupam é suficientemente

capaz de prover a sua subsistência, logo, são forçadas a buscarem um espaço que garanta a produção de alimentos. Afinal, todos precisam sobreviver e se por acaso não tenho terra onde possa produzir e trabalhar preciso recorrer aos proprietários circunvizinhos, ou seja, cria-se uma dependência entre trabalhadores (as) e o patrão. Desse modo, se porventura algo venha afetar essa relação, é claro que irei reagir contrariamente, pois é dali que retiro meu sustento e o da minha família.

Sem contar que é na agricultura que se encontra as poucas oportunidades de trabalho, além de ser uma das principais fontes de alimentação e subsistência comunitária. Diante disso, o acesso a terra é de fundamental importância, pois sem esta não seria possível a reprodução e a manutenção coletiva. É justamente no trato com a gleba que esses nichos comunitários, localizados, sobretudo no meio rural, reinventam suas práticas socioculturais e políticas. Ademais, todas essas questões que envolvem os territórios das comunidades tradicionais são frutos de um longo processo histórico, que podemos imputar à aprovação da Lei de Terras de 1850.

Desse modo, de acordo com Diosmar Marcelino Santana Filho (2018, p. 112) podemos atribuir a aprovação da Lei de Terras de 1850 como sendo um dos maiores golpes do Estado brasileiro contra os povos quilombolas, como também aos demais grupos desprovidos economicamente, pois, ao estabelecer, que só mediante a compra ou a comprovação de posse da área ocupada, por um determinado período poderia usufruir dos proventos desta propriedade. Sem documentos para provar e tampouco, recursos financeiros muitos tiveram seus territórios usurpados.

Quanto ao marco legal contemporâneo, tivemos a sanção do seguinte decreto, que versa sobre a regulação fundiária dos territórios quilombolas:

O decreto 4887/2003 passa a ser um marco contemporâneo na regularização fundiária das comunidades e reconhecimento dos territórios quilombolas no Brasil, pela sua institucionalidade, finalidade, objetivos, princípios, e conceitos que dão à Administração Pública Federal uma nova dinâmica nas relações estruturais e formas de diálogo, bem como a efetivação de direitos para/e com os sujeitos. (Santana Filho, 2018, p. 131).

O território, diante disso, se traduz, antes de tudo, em uma possibilidade de perpetuação e manutenção do grupo, representa vida. Neste sentido, assume características muito mais profundas de entrelaçamentos com o meio, não se trata somente de área territorial, mas de uma chance de sobrevivência. Por isso, compreendo a categoria território, na acepção de Santos

(2018, p. 29), como espaço que ultrapassa os limites do meio físico, abrangendo para além deste, aspectos "políticos, sociais, identitários e históricos".

Além do mais, o conflito ocasionado pela questão agrária entre os quilombolas carcarenses contribui incisivamente na fragilização da coletividade. Desse modo, facilitando as investidas daqueles que não têm interesse algum em ver próximo a sua propriedade pessoas vivendo e trabalhando de forma coletiva. Pois, para eles, isso se traduz em menos mão de obra barata no cultivo de suas terras e de outras demandas que seu domínio exija.

No que diz respeito, as formas organização atual para a produção de alimentos na comunidade, cada família é responsável pelo cultivo daquilo que necessita, no sistema de arrendamento com o proprietário, onde a renda é o pasto para os animais, materializado no semeio do capim junto aos legumes. Há alguns anos, essa prática se coadunava na partilha integral ou de parte dos alimentos colhidos entre o arrendante, pessoa que cedia a terra para cultivo e o arrendatário, trabalhador (a) que se submetia, a tal prática por não possuir local para plantar.

Essa mudança, na relação entre trabalhadores (as) e os patrões na lida com a agricultura se somam as diversas outras que ocorreram após a comunidade passar a se autodeclarar quilombola, segundo relata Sebastião Vieira da Silva quando indagado sobre as mudanças ocorridas até o momento.

A convivência em si, eu acredito que mudou muito. Por causa, que antes da comunidade ser quilombolas, a gente não via nada nessa comunidade. Hoje já temos casas, [que foram] construídas, 48 casas ao todo, [pelo Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal], através da associação comunitária. Já foram conseguidas várias cisternas grandes, [para] captação de recursos de água. Já conseguimos vários projetos pra comunidade, só houve mudança para melhor. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira Da Silva, 2020).

Note que ele cita inúmeros benefícios que foram conquistados ao longo dos últimos anos, fruto da organização comunitária que a autoatribuição proporcionou. Ademais, ele também cita uma ferramenta bastante eficaz e que tem garantido este elo entre os moradores, como intermediadora das relações e na organização dos (as) remanescentes, enfatizando a importância de se reconhecerem, enquanto quilombolas, a Associação dos (as) Remanescentes de Quilombos do Sítio Carcará - Arquicara.

Ou seja, as pessoas mais próximas desse processo reivindicatório pela titulação das terras, tem explorado muito bem essa entidade, que além de garantir uma agenda regular de reuniões com associadas (os), torna-se o principal instrumento de comunicação entre a comunidade e as instâncias governamentais.

Segundo Sebastião Vieira da Silva (2020), as reuniões da associação ocorrem no primeiro domingo de cada mês, porém devido às querelas, que citamos anteriormente, "as mulheres [é quem participam regularmente], pois os homens não podem vim, porque se vier corre o risco de ficar sem local para trabalhar". Ou seja, são as mulheres que assumem a dianteira na articulação da comunidade.

Por isso, acredito que esta agremiação deva ser potencializada, para incitar a consolidação de uma identidade mais fortificada, para que a comunidade consiga articular cada vez mais pessoas nesta luta pela efetivação do acesso a terra. Para que o racha entre os que expõem sua identidade quilombola e os que a negam, se fundam numa só coletividade, capaz de romper as barreiras do preconceito e da discriminação, autoafirmando suas raízes quilombolas.

Diante disso, penso que devam fortalecer e estruturar uma noção de comunidade quilombola como sendo um espaço dotado de potencialidades socioculturais e políticas, capaz de reaver direitos usurpados e negados por tanto tempo. Assim construindo uma positividade quanto à importância de seu autorreconhecimento como grupo diferenciado, que carrega traços ancestrais do povo negro africano. Tendo a luta pelas garantias de seus direitos como principal meta a ser atingida cotidianamente.

A dança do Toré, prática cultural com origem atribuída aos povos indígenas, foi ressignificada pela população local e também pode ser uma aliada importante nesse processo de fortalecimento da identidade quilombola carcareense. Em sua dissertação de mestrado sobre a escola quilombola da comunidade, Ana Paula Santos (2018, p. 102/3) aproveitando o ensejo, tratou um pouco sobre os elementos constituintes dessa dança em Carcará:

Uma outra cultura preservada no quilombo é a dança do Toré, trazida pelos quilombolas em meados do século XIX. A dança vem se mantendo viva nos festejos da comunidade. O Toré é uma ciranda de coco cantada e dançada em versos criados no improviso ou sendo recitados os mesmos versos entoados pelos antepassados. Antigamente era dançado ao som de um berimbau de cabaça, tocado pela Joana de Couro, geralmente no período da noite. A dança é conduzida pelas mulheres da comunidade ao som do pife, tocado pelo senhor Mazim e seus dois filhos, um tocando o instrumento musical triângulo e o outro o bumbo. O instrumento pife é de fabricação artesanal que ele aprendeu a fabricar observando seus ancestrais fazerem, a primeira vez que fez foi com a mamona e foi aperfeiçoando ao longo dos anos. Antônia Maria Vieira de Carvalho, dona Bizunga, uma das mulheres dançadeiras, lembra que a dança foi ensinada por Raimunda Marçal, uma das pessoas mais velhas da comunidade e uma de suas atividades era a fabricação de objetos de barro, falecida em 2014 com 101 anos de idade. Ela aprendeu com a "finada Joana de Couro", mãe de Maria Virgem da Silva, que deu origem ao nome dado à escola do quilombo, que as ensinava a dançar e cantar os versos no terreiro da casa grande.

A passagem precedente traz um panorama geral sobre a dança, além de atribuí-la a uma das moradoras mais antigas do lugarejo, a transmissão, que consequentemente garantiu a continuidade ao longo das gerações. Quanto às origens dessa expressão cultural, segundo Lúcia Gaspar (2011):

Não é possível ter certeza sobre a origem da palavra ou do ritual, uma vez que não existem fontes coloniais com informações sobre o assunto. Para alguns pesquisadores o Toré teria vindo da língua tupi, to'rë, sendo traduzido literalmente por torto, um instrumento de sopro (semelhante a uma flauta) que teria essa forma, feito de bambu, couro de jacaré ou barro. Para outros, a palavra significaria uma dança circular de origem afro-ameríndia, onde era tocado o tal instrumento. (Gaspar, 2011).

Na comunidade de Carcará, o Toré assume essa última característica apresentada pela autora, como sendo uma dança circular acompanhada ao som de pifes e zabumba (Santos, 2018). Como sua origem é incerta, seus praticantes atribuem como sendo uma fundada por seus ancestrais. Entretanto, não é nosso objetivo central desvendar as reminiscências dela, mas, apontá-la como um instrumento possível para o processo de fortalecimento dos vínculos identitários entre os carcarenses, já que é uma prática ressignificada e que faz uso dos elementos locais, facilitando assim a própria identificação dos demais.

No contexto dos povos indígenas, segundo Cunha (2008, p. 116) o Toré engendra a luta histórica “destes povos pelo reconhecimento de sua etnicidade, demarcação de suas terras e manutenção de uma autonomia cultural e política, como um dos principais sinais diacríticos ressignificados do que é ‘ser índio’”. Detalhe importante, os grupos indígenas que não o praticavam tiveram que aprender, pois, assim exigia o órgão governamental, Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que, após seus agentes acompanharem uma apresentação do grupo de Toré atestavam ou não, a sua condição como grupo indígena, para fins, de garantia de direitos, como a demarcação das terras (Arruti, 1997; Grünewald, 2008; Cunha, 2008).

Apesar, de ser nos núcleos indígenas que tal prática se origina, e ser para muitos deles um rito sagrado que os ligam a sua ancestralidade, isso, não impede que outras coletividades étnicas se apropriem e ressignifiquem-na para as suas realidades culturais.

Ademais, não é possível englobar o Toré dentro de uma unidade conceitual, haja vista, suas diferentes variações, utilizações e serventias para os diversos grupos, sejam eles indígenas ou não, como é o caso da comunidade quilombola de Carcará. Sem contar os próprios elementos que incorporam cada coletividade, nos processos de trocas culturais envolvendo-os (Cunha, 2008).

Desse modo, acredito que o Toré carcareense deva ser potencializado como sendo uma ferramenta importante de reflexão política e cultural, que contribua de modo geral na autoafirmação de uma identidade quilombola. Assim contribuindo no enfretamento das atitudes preconceituosas e de caráter racista dirigida aos membros da comunidade.

Talvez a própria escola da comunidade pudesse incorporar tal prática a seu currículo, dessa maneira, fazendo com que todas as crianças fossem despertando o interesse e não somente aquelas, cujo, os pais já acompanham e assim as inserem. Uma vez que nas narrativas dos/as entrevistados/as é perceptível à importância que atribuem ao Toré na construção de suas identidades, todavia não escondem a preocupação com a continuidade, uma vez, que poucas pessoas se interessam.

Por isso, acredito se potencializado para fora do grupo que realiza a sua manutenção, ele poderá ser um grande aliado, desde cedo no processo de autoafirmação das crianças e adolescentes, enquanto quilombolas. Visto que imbuídos deste sentimento de pertença, não sufragariam suas identidades, por medo ou vergonha. Ademais, conseguiriam defender-se e até mesmo constranger, aqueles (as) que usam de atitudes racistas para promover o ódio e a violência, contra nós, povo preto afro-brasileiro.

Os testemunhos de Sebastião Vieira da Silva e dona Bizunga são muito importantes neste sentido para refletirmos como o preconceito e a discriminação afetam as relações entre os diversos grupamentos sociais, os afastando um do outro. “Na verdade, nosso país como sabemos, todos nós sofremos bastante preconceito. E quando você se diz, que a sua pele é negra e se apresenta dizendo que é quilombola e negro, é que os preconceitos aparecem cada vez mais”. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira da Silva, 2020).

Sob o mesmo ponto de vista, dona Bizunga (2020) tratando sobre uma comunidade vizinha, em que as crianças e adolescentes teriam que vim estudar na escola da comunidade, relata sobre os diversos preconceitos que sofreram.

Lá o povo é racioso, tem muito preconceito. Quando chegou o colégio aqui [na comunidade quilombola de Carcará], que foi pra esses meninos do [sítio] Rosário vir estudar aqui. Ave Maria cheia de graça, ai que os quilombolas vai me comer, ai que os quilombolas vão fazer isso e [aquilo] comigo. Menino quilombola também é gente, não é bicho não. Pros meninos vir estudar aqui foi muito preconceito. A gente ainda sofre muito preconceito. “Nam a gente vai estudar junto com aqueles nego?”. Na escola já estão mais chegado, mas ainda tem [gente preconceituosa]. (Remanescente Quilombola, Dona Bizunga, 2020).

Estes dois exemplos demonstram a hostilidade direcionadas à população negra, sobretudo quando se trata de comunidades remanescentes de quilombo. Isso de certo modo,

explica a própria negação em se reconhecer, enquanto negros (as) na sociedade brasileira, para muitos (as) é melhor embranquecer do que carregar nas costas o fardo das predestinações e dos estigmas, que a nós povo negro brasileiro, nos são imputados.

Contudo, as perspectivas de futuro que se apresentam para os quilombolas de Carcará é que em breve tenham sua área territorial regulamentada para que os trabalhadores e as trabalhadoras possam usufruir de sua gleba para cultivar a terra, sem precisar se submeter aos proprietários das adjacências.

Quanto às juventudes, as perspectivas para esse público são bastante complicadas, uma vez que a comunidade não possui outras fontes de ocupação, além da agricultura, fator que obriga alguns jovens a se desafiarem em outras regiões do país em busca de emprego e renda. Algumas falas ainda reforçam aquele, já conhecido preconceito, de que a juventude não quer nada, porém as lideranças não conseguem fazer uma reflexão mais acurada sobre os motivos que levam a esse desinteresse deles (as) em participar das organizações comunitárias, como a Casa de Sementes e a Associação de Moradores (as), dentre outros espaços políticos.

Quanto aos desafios, apontaria pelo menos três, o primeiro seria um empenho mais voltado para a formação da população da comunidade sobre a importância de continuarem resistindo e reafirmando suas identidades quilombolas em todos os espaços que tenham a oportunidade de estarem participando, como também nas adjacências. Pois, na comunidade, é perceptível que uma das principais problemáticas a envolvendo, gira em torno das informações distorcidas que circulam que, por sua vez, gera os conflitos de autoafirmação entre alguns membros.

O segundo desafio, acredito que seja um dos principais para o povo carcareense, lutar pela posse definitiva da área pertencente à comunidade que já se encontra demarcada, faltando somente à vontade política do governo federal, na liberação dos recursos para a efetivação da compra e entrega definitiva de título coletivo de propriedade. Consequentemente, enquanto isso não ocorrer à incerteza dominará e fomentará os conflitos entre os próprios moradores, que devido ao medo e a desinformação, dividem-se entre os que estão cientes dos seus direitos, enquanto quilombolas e àqueles que não se autodeclaram, por medo de represálias.

O terceiro e último, quem nos aponta é a antropóloga Bárbara Oliveira Souza (2008, p.66) que reflete o seguinte:

O grande desafio hoje colocado é a busca pela real superação dos reflexos das legislações e conceitos do Brasil Colônia e Império, que tinham como sustentação econômica, cultural e social o racismo e a violência contra os africanos e seus descendentes, bem como contra suas expressões organizativas, culturais e simbólicas. Esses conceitos dos séculos XVII, XVIII e XIX ainda se fazem presentes em

interpretações e ações de alguns gestores, operadores do direito, acadêmicos e meios de comunicação. Os esforços para a construção de um real Estado de Direito passam fundamentalmente por esse exercício árduo de reconhecimento da pluralidade em seus aspectos mais profundos.

Como pondera a autora, que estas noções ultrapassadas que ainda são utilizadas para tratar sobre comunidades tradicionais sejam superadas tanto pelos gestores e interprete das leis quanto, pelos próprios remanescentes quilombolas, com vista a garantir nestes últimos a construção de uma imagem positiva e de revalorização da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros.

Buscando fortalecer cada vez mais a relação comunitária com os movimentos sociais, organizações não governamentais - ONG e a universidade. Como também continuar caminhando ao lado das instituições que contribuem no desenvolvimento de Carcará, como a Flor do Pequi, a Associação Cristã de Base - ACB, a Cáritas Diocesana de Crato, o Grupo de Valorização Negra do Cariri - Grunec e prefeitura de Potengi, todos esses organismos são de fundamental importância para o fortalecimento coletivo do povo carcareense.

Concluo, ressaltando uma reflexão bastante interessante realizada pelo Sebastião Vieira da Silva, que utiliza da metáfora do passarinho na gaiola para tratar sobre o espaço que as famílias da comunidade dispõem para morarem, que de tão pequeno, ele compara a uma gaiola, sendo os seus ocupantes os passarinhos, presos e sem muito espaço para progredirem.

Enquanto a gente não tiver o nosso espaço, que possa ampliar e fazer algo em cima dele, nós não teremos [nada que possamos] mostrar para nossos jovens. Porque existe dentro da nossa comunidade, casa de família com cinco, seis, sete filhos dentro de casa, que o quintal mal dá pra eles se mexerem. Aí como é que um pai de família com a vontade que ele tenha de crescer, com a vontade que ele tenha de fazer as coisas crescerem. Se ele tá trabalhando dentro da comunidade. [Como é que você vai poder produzir seu próprio] alimento saudável e bebida dentro de um espaço pequeno? ***Passarinho dentro de gaiola não tem como ele voar.*** Ele não vai ter espaço pra voar é por conta disso. Porque hoje o forte do agricultor é ele criar. Como é que um agricultor vai viver dentro de uma comunidade se ele não tem um espaço de caminhar [e muito menos produzir]? Como é que ele vai criar o rebanho de ovelha? Como é que ele vai poder fazer um criatório de peixe? Como é que ele vai fazer um criatório de galinha, se seu quintal mal dá pra ele se mexer? Como é que ele vai poder criar uma vaquinha? Pra que ele possa tirar o leite pra um neto, pra um filho, como é que vai? Dessa mesma forma é o passarinho dentro da gaiola vai voar pouco, se ele conseguir mesmo, se ele conseguir alguma coisa mesmo, ele vai ter que conseguir só pulando. Porque ele tá dentro de uma gaiola, agora a partir do momento que ele tiver espaço eu acredito que tem como crescer. (Remanescente Quilombola, Sebastião Vieira da Silva, 2020. Grifo meu).

Que este passarinho metafórico, possa transgredir os limites da imposição, e se organizar junto aos demais e lutar por um espaço bem maior, que garanta a sua subsistência e

das gerações futuras. Como a hidra de Lerna, que os pássaros de Carcará se multipliquem e conquistem suas terras num futuro breve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há ainda muito a se investigar, discutir e escrever sobre a história da população negra brasileira, este trabalho não pode ser concluído, por isso, continuará em aberto, a tecer reflexões. Pois, temos muito que aprender com a comunidade quilombola de Carcará e as demais espalhadas pelo território nacional. Todavia, as discussões pautadas neste trabalho monográfico foram de grande monta e merecem ser aprofundadas. Cada pesquisa é única, mas os elementos que vamos unindo a cada estudo são bastante importantes para o processo de construção do conhecimento e, por isso, apresento algumas questões conclusivas que abrangem minha subjetividade e os entrelaçamentos desvendados no decorrer do texto.

A construção dessa monografia foi bastante desafiadora e instigante, uma vez, que é fruto de um olhar externo a comunidade, mas que com ela se identifica. Construída a partir das observações e da realização de entrevistas, incluída a vasta bibliografia utilizada, a pesquisa permitiu durante as visitas de campo, conhecer um pouco da rotina comunitária carcareense. Evidentemente, enquanto observador, jamais saberei na integralidade dos desafios, dos problemas e de tantas outras questões inerentes à vida desta coletividade, para além das observações e do que os fragmentos narrados revelam. Porém, acredito que cada relato descortinou momentos importantes de uma trajetória marcada por conflitos e conquistas.

Neste sentido, à metodologia utilizada, a História oral revelou pontos pertinentes sobre o tema em estudo, como as divergências envolvendo o território e a constituição de uma identidade quilombola assentada em laços culturais e de ancestrais entre os moradores. Como também, as perspectivas de futuro que os/as comunitários/as almejam. Além disso, como as milhares de comunidades remanescentes de quilombos espalhada Brasil afora, Carcará sofre de problemas comuns, sobretudo, no que tange o acesso a terra para produzir, nisso, ficando a mercê dos proprietários adjacentes que cerceiam e pressionam os trabalhadores que se autoafirmam quilombolas, negando-lhes espaço para plantio e cultivo.

Desse modo, é possível visualizar a importância que a titulação das terras representa para esses grupos e de como a demora no andamento da regularização fundiária destes, pode afetar nas relações, fomentando embates entre eles, facilitando assim a desarticulação organizacional da coletividade. Em Carcará isso tem sido motivo de preocupação, sobretudo das lideranças que tentam a todo custo manter o povo organizado e ciente dos seus direitos, a partir da Associação Comunitária.

Porquanto, as aprendizagens foram muitas, sobretudo, na importância de rever conceitos e traçar novos caminhos interpretativos sobre os quilombos. A partir da bibliografia reunida e

dos testemunhos captados, foi possível observar o quanto ainda precisamos estudar sobre a trajetória de luta dos nossos antepassados, que por muito tempo permaneceram excluídos dos livros didáticos ou paradidáticos, ou quando abordados, sempre foram numa perspectiva depreciativa. Por isso, a relevância de estarmos cada vez mais potencializando nossa escrita na desconstrução de imagens negativistas, que escondem nosso potencial de transformação e organização social.

Por conseguinte, acredito que sempre há oportunidades de falarmos de nós mesmos e é justamente disso que tratei, ao longo da escrita desta monografia. Diante disso, a comunidade quilombola de Carcará me instigou a buscar mais sobre minhas raízes, suas origens e o processo de luta pela vida, que nossos ancestrais travaram ao longo da diáspora africana e posteriormente em solo brasileiro.

Assim sendo, espero que este trabalho juntamente aos demais produzidos tendo como referência a trajetória do povo de Carcará, suscitem novas reflexões sobre o transcurso da população negra no Brasil e no mundo. A população carcareense tem muito ainda a revelar sobre as tramas e êxitos dos diversos quilombos que se formaram no Cariri cearense, como também ser parte fundamental do processo de revalorização de uma identidade negra que inspire a autoafirmação e o empoderamento dos demais.

Devido à extensão e o foco do trabalho, infelizmente não foi possível aprofundar muito sobre o casarão do Infincado, penso que algum estudo específico sobre este monumento, pode revelar aspectos importantíssimos do período escravista em nossa região e as possíveis rotas de fugas traçadas pelos escravizados/as.

Inclusive, existe outra comunidade em processo de reconhecimento noutro extremo do território potengiense, no sítio Catolé, que também necessita de pesquisas mais acuradas sobre a procedência dos e das remanescentes. Desse modo, um estudo mais aprofundado poderia esclarecer quais as relações entre Carcará e Catolé, ou se ambas estão diretamente relacionadas, no que diz respeito à proveniência de seus primeiros habitantes.

No mais, a discussão sobre os quilombos numa perspectiva histórica e como projeto de sociedade, impetrado pelos movimentos sociais mostrou-se bastante pertinente, uma vez que estes, de instituições perseguidas pelo o aparelho de segurança do Estado no pretérito, passaram no presente a ser um fim buscando pelas organizações negras, como forma de organizar-nos em torno de lutas comuns que digam respeito à perpetuação de nossas vidas.

O entendimento de quilombo enquanto movimento, também revela muitas de suas intenções, antes, sufragada pela historiografia conservadora, que insiste em colocá-los como sendo organismos do passado, findados juntamente com a abolição formal do escravismo em

1888. Os diversos trabalhos científicos estruturados têm mostrado o contrário, os quilombos continuam vivos e agora buscam reaver seus direitos.

Ademais, a pesquisa serviu como um instrumento importante para inserir-me nas discussões envolvendo minha própria subjetividade, fortalecendo desse modo, a minha identidade negra. Como também, reforçou o quanto tenho que aprender com as comunidades remanescentes de quilombo e com meus irmãos e irmãs negras, que já estão mais familiarizados com as temáticas que discutem a nossa realidade social, cultural e política.

Por fim, espero que este estudo contribua em reflexões políticas mais aguçadas, sobre a importância das comunidades quilombolas na promoção do conhecimento. Além disso, reforce a pertinência de nos desconstruirmos sobre determinados assuntos, sobretudo, envolvendo essas coletividades. Que suas trajetórias de lutas contra todas as formas de opressão nos inspirem a continuarmos lutando e construindo uma nova sociedade todos os dias.

FONTES

BIZUNGA. Entrevista concedida a Francisco Ytalo de Lima Silva. Potengi, 18 jan. 2020. [A entrevista foi gravada em mp3, 45 min.]

CARVALHO, J. M. M. Entrevista concedida a Francisco Ytalo de Lima Silva. Potengi, 18 jan. 2020. [A entrevista foi gravada em mp3, 22 min.]

SILVA, F. M. R. Entrevista concedida a Francisco Ytalo de Lima Silva. Potengi, 18 jan. 2020. [A entrevista foi gravada em mp3, 26 min.]

SILVA, J. V. Entrevista concedida a Francisco Ytalo de Lima Silva. Potengi, 18 jan. 2020. [A entrevista foi gravada em mp3, 31 min.]

SILVA, S. V. Entrevista concedida a Francisco Ytalo de Lima Silva. Potengi, 18 jan. 2020. [A entrevista foi gravada em mp3, 46 min.]

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **CLIO - Série História do Nordeste**, Recife, v. 15, n. 1 (1994).

ALMEIDA, J. G.; ARAÚJO, C. R. S. Estudo de Caso sobre a Comunidade Quilombola de Caracará, Potengi, Ceará, Brasil. IN: Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), 8, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: SINGA, 2017, s/p. ISSN: 1980-4555.

ARÓSTEGUI, J. O processo metodológico e a documentação histórica. In: ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. -- Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 465-488

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos "remanescentes"**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana [online]. 1997, vol. 3, n. 2, pp. 7-38. ISSN 0104-9313. [http://dx. doi. org/10.1590/S0104-93131997000200001](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001).

ASSARÉ, Secult. **IX Missa da Consciência Negra foi celebra na casa do Barão de Aquiraz, Infincado, distrito de Genezaré – Assaré**. Disponível em: <http://secultassareceara.blogspot.com/2017/11/ix-missa-da-consciencia-negra-foi.html>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

ATHIAS, R. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BACKES, J. L. **A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE ÉTICA**. NOTANDUM (USP), v. 21, p. 47-60, 2018.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses e dissertações**. 2018. Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 03 de mai. 2018.

CAPES, Fundação. **Banco de Teses da Capes possui mais de 450 mil resumos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/3316-banco-de-teses-da-capes-possui-mais-de-450-mil-resumos>>. Acesso em 15 de mar. 2020.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. ISSN 2317-4919. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 08 out. 2021.

CUNHA, L. C. M. **Toré – da aldeia para a cidade: música e territorialidade indígena na grande Salvador**. Dissertação (Mestrado em Música – Etnomusicologia) – Salvador, UFBA, 2008.

DELGADO, L. A. N. **História oral - memória, tempo, identidades**. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p. (Leitura, escrita e oralidade)

EULÁLIO, M. C. A História Oral: vetor do tempo para pessoas idosas. In: WHITAKER, D. C.; VELÔSO, T. M. G. (Orgs) **Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória**. - Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 69-86.

FARIAS, A. A economia colonial cearense. In: FARIAS, A. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015, pp. 32-63.

GASPAR, L. **Toré**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar_en/ >. Acesso: 27 jan de 2020.

GRÜNEWALD, R. A. **Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil**. Ciência e Cultura 2008; 60(4):43-45.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Regularização de território quilombola - perguntas & respostas**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2020.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J.(orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 17-25.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MONTEIRO, E. Universidade e comunidades: Diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. In: MATTOS, H. (Org.) **História oral e comunidade: Reparações e culturas negras**. – São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 73-95.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNANGA, K. (1996). **Origem e histórico do quilombo na África**. *Revista USP*, (28), 56-63. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>

MUNANGA, K. **Negritude e identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?**. Revista da ABPN. V. 4, n. 8. Jul.-out. 2012

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

O'DWYER, E. C. **Terras de quilombo**: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Tomo, Sergipe, n. 11, jul./dez. 2007.

PORTELLI, A. A Lógica das Narrativas e a Aprendizagem da Diferença na Pesquisa de Campo. In: WHITAKER, D. C.; VELÔSO, T. M. G. (Orgs) **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. - Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 47-54.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História* (15), São Paulo, 1997, pp.13-49.

PRANDINI, P. D. **A cor na voz: linguagem e identidade negra em histórias de vida digitalizadas contadas por meio de práticas educacionais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RATS, A. **Eu sou atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RATTS, A. A face quilombola do Brasil. In: SILVÉRIO, V. R.; MATTIOLI, E. A. K.; MADEIRA, T. F. L. (Orgs) **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores**. - São Carlos: EdUFSCar, 2012.

REIS, J. (1996). **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. *Revista USP*, (28), 14-39. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28.p.14-39>

REIS, João J.; GOMES, Flávio dos S. Introdução – Uma história da liberdade. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Orgs) **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. -- Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIOS, D. **Histórias e causos do Barão de Aquiraz**. Diário do Nordeste, 2009. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/historias-e-causos-do-barao-de-aquiraz-1.705562>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SANTOS, A. P. **Educação escolar quilombola no Cariri cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo**, 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

SANTANA FILHO, D. M. Geopolítica do acesso a terra no Brasil. In: SANTANA FILHO, D. M. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. - 1. Ed.- Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SILVA, G. S.; DA SILVA, V. J. 2015. **Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil**. Mosaico, 7(2): 191-200.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VERAS, M. F. P.; DE BRITO, V. G. **IDENTIDADE ÉTNICA**: A dimensão política de um processo de reconhecimento. *Antropos: Revista de Antropologia* – Ano 4 – Vol. 5, maio, 2012.

VELÔSO, T. M. G. Pesquisando fontes orais em busca da subjetividade. *In*: WHITAKER, D. C.; VELÔSO, T. M. G. (Orgs) **Oralidade e subjetividade**: os meandros infinitos da memória. - Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 17-46.

TRINIDAD, C. T.. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOBRE O AUTOR

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Educação, Culturas e Identidades pelo Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco (PPGECI/ UFRPE - Fundaj) e membro do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Docência (GPED - Fundaj). Licenciado em História pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2016-2020). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Demanda Social (DS) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Possui interesse nas seguintes áreas: História Regional do Brasil, História contemporânea, Educação para as Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Educação Popular. No que concerne as temáticas se interessa em estudos que envolvem juventudes, juventudes rurais, comunidades tradicionais (rurais e quilombolas), cultura e movimentos sociais populares e pastorais.

PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE CARCARÁ,
EM POTENGI, NO CEARÁ

A formação de diversos quilombos ao longo do período escravocrata no Brasil compôs a tessitura das diversas formas de resistências impetradas pelos escravizados, desterrados de sua terra mãe, África. Compreendidos em diversos estudos como sendo somente lugares de refúgio e esconderijo de negros fujões, os quilombos em pesquisas recentes mais compromissadas com a população negra brasileira desconstruíram boa parte dessa literatura, revelando as diversas facetas de tais redutos quilombolas e a sua importância no processo de corrosão do sistema escravista e de conquista da liberdade. Além disso, estes contribuíram diretamente na dinamização econômica, social, cultural e política desde o princípio. Diante disso, o presente estudo teve como premissa principal compreender o processo de constituição histórica da comunidade quilombola de Carcará, localizada no município de Potengi, região Sul, do Estado do Ceará. A luta por reconhecimento dos remanescentes quilombolas em Carcará revela conflitos na área, seja entre proprietários e a comunidade, seja entre seus moradores que sem local para trabalhar e produzir se veem obrigados a prescindir de sua identidade quilombola para poder acessar as propriedades privadas adjacentes, e assim garantir o sustento de suas famílias.

